

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDAO**  
**Estado do Paraná**

**Lei N°. 005/97**

**SUMULA:** Estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO**

**TITULO I**  
**CAPÍTULO ÚNICO**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** - O presente Estatuto estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Executivo Legislativo do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

**Art. 2º.** - Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público, que percebe dos cofres municipais vencimentos ou remuneração pelos serviços prestados.

**TITULO II**  
**DOS CARGOS E DA FUNÇÃO GRATIFICADA**  
**CAPÍTULO I**  
**DOS CARGOS**  
**SEÇÃO I**

**Disposições Preliminares**

**Art. 3º.** - Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município.

**Art. 4º.** - Os cargos públicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Foz do Jordão são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos as condições prescritas em lei e regulamento.

**Art. 5º.** - A nomeação em caráter efetivo para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo as exceções legais.

**Art. 6º.** - É vedada atribuição, ao funcionário, de cargos ou serviços diferentes das tarefas próprias do seu cargo, como tal definidas em lei ou regulamento, ressalvado o

caso de readaptação por redução da capacidade física e deficiência de saúde, na forma do Artigo 120, inciso I.

**Art. 7º.** - Os cargos podem ser provimento efetivo ou de provimento em comissão.

## **SEÇÃO II**

### **Dos Cargos de Provimento Efetivo**

**Art. 8º.** - Os cargos de provimento efetivo se dispõem em classes singulares ou séries de classes.

Parágrafo Único: Declarados extintos ao vagarem, os cargos de provimento efetivo não precisam conformarem-se ao disposto neste artigo.

**Art. 9º.** - As classes e série de classes integram grupos ocupacionais, que se compõem em Serviços.

**Art. 10º.** - Para os efeitos desta Lei:

I - Classe é o agrupamento de cargos da mesma denominação e com iguais atribuições e responsabilidades;

II - Série de classes é o conjunto de Classes de mesma natureza de trabalho, dispostas hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade ou dificuldade das atribuições e com o nível de responsabilidade, constituindo a linha natural de promoção do funcionário;

III - Grupo Ocupacional é o conjunto de séries de classes ou classes que dizem respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quando à natureza dos respectivos trabalhos ou ao rumo de conhecimento aplicados em seu desempenho;

IV - Serviço é a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a similaridade ou a conexidade das respectivas atividades profissionais.

**Art. 11º.** - As atribuições, responsabilidades e características pertinentes a cada classe são especificadas em regulamento.

Parágrafo Único: As especificações para cada classe compreendem, além de outros, os seguintes elementos: denominação código, descrição sintética das atribuições e responsabilidade, exemplos típicos de tarefas, características especiais, qualificações exigidas, forma de recrutamento, linhas de promoção e de acesso.

## **SEÇÃO III**

### **Dos Cargos de Provimento em Comissão**

**Art. 12º.** - Os cargos de provimento em comissão se destinam a atender encargos de direção, de chefia, de consulta ou de ASSESSORAMENTO.

Parágrafo Primeiro - Os cargos de que trata este artigo são providos através de livre escolha do Chefe do Poder Executivo, por pessoas que reúnam as condições necessárias à investidura no serviço público e competência profissional.

Parágrafo Segundo - A escolha dos ocupantes de cargos em comissão poderá recair, ou não, em funcionários do Município.

Parágrafo Terceiro - No caso de recair a escolha em funcionário de órgão público não subordinado ao Governo Municipal, o ato de nomeação será precedido da necessária autorização da autoridade competente.

Parágrafo Quarto - Sempre que o interesse da administração o exigir, o chefe do Poder Executivo poderá dispensar os requisitos à habilitação profissional legalmente indicada em cada caso, salvo quando por lei exigida habilitação de nível técnico-científico.

Parágrafo Quinto - A posse em cargo em comissão determina o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal comprovada.

**Art. 13º.** - As atribuições dos cargos em comissão são definidas nas leis próprias ou nos regulamentos das respectivas repartições.

## **CAPÍTULO II DO QUADRO DE PROFISSIONAL**

**Art. 14º.** - O quadro compreende:

I - Parte Permanente;

II - Parte Suplementar.

Parágrafo 1º. - A parte permanente é integrada pelos cargos efetivo e em comissão considerados essenciais à Administração.

Parágrafo 2º. - A parte suplementar agrupa os cargos automaticamente suprimidos, quando vagarem, assim estabelecidos em lei.

Parágrafo 3º. - A lotação numérica dos órgãos da administração Direta, a ser atendida com o pessoal integrante do Quadro é regulada por Decreto executivo, após aprovada a Lei específica de Cargos, Salários e número de vagas.

## **CAPÍTULO III DA FUNÇÃO GRATIFICADA**

**Art. 15º.** - A função gratificada é vantagem acessória do vencimento do funcionário, não constitui emprego e é atribuída pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento, secretariado e outros para cujo desempenho não se justifique a criação de cargo em comissão.

Parágrafo Primeiro - Desde que haja recursos orçamentários para esse fim, o Poder Executivo poderá criar funções gratificadas, para atribuições previstas em

regulamento próprio, onde se estabelecerá a competência para designar os servidores para exercê-las.

Parágrafo Segundo - A dispensa da função gratificada cabe à autoridade competente para a respectiva designação.

Parágrafo Terceiro - A designação para função gratificada vigora a partir da data da publicação do respectivo ato, competindo à autoridade a que se subordinará o funcionário designado dar-lhe exercício imediato.

**Art. 16º.** - O chefe do Poder Executivo Municipal é a autoridade competente para regulamentar e classificar as funções gratificadas, com base entre outros, nos princípios de hierarquia funcional, analogia das funções, importância vultosa e complexidade das respectivas atribuições.

Parágrafo Primeiro - Na regulamentação determinar-se-á a correlação fundamental entre as atribuições do cargo efetivo e as da função gratificada, para cujo exercício for designado o funcionário.

Parágrafo Segundo - Sempre que o interesse público o exigir, o chefe do Poder Executivo poderá dispensar, em cada caso e temporariamente, a correlação a que alude o parágrafo anterior.

**Art. 17º.** - As gratificações de função têm os valores fixados em lei.

### **TÍTULO III**

## **DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

### **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 18º.** - Os cargos públicos são providos por:

- I - Nomeação;
- II - Promoção;
- III - Acesso;
- IV - Transferência;
- V - Readmissão;
- VI - Reintegração;
- VII - Aproveitamento;
- VIII- Reversão;
- IX - Readaptação.

**Art. 19º.** - A primeira investidura em cargo de provimento efetivo dependerá de habilitação em concurso público de provas e títulos, assegurados as mesmas oportunidades para todos, observados os casos previstos em lei, em que a investidura dependa também de habilitação em curso mantido por instituição oficial.

**Art. 20º.** - Executados os casos de acumulação previstos em lei e verificados pelos órgão competente, não poderá o funcionário, sem prejuízo do seu cargo, ser provido em outro cargo efetivo.

**Art. 21º.** - Compete ao Chefe do Poder Executivo prover, por decreto, os cargos públicos municipais, na conformidade da Constituição e das Leis em vigor.

**Art. 22º.** - Pode ser provido em cargo público somente que satisfazer os requisitos seguintes:

- I - Ser brasileiro;
- II - Ser maior de dezoito anos;
- III - Haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei;
- IV - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- V - Ter boa conduta;
- VI - Gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;
- VII - Possuir aptidão para o exercício do cargo;
- VIII- Ter satisfeito as condições especiais previstas para determinados cargos.

**Art. 23º.** - Sob pena de responsabilidade da autoridade que der posse, ato de provimento deverá conter as seguintes indicações:

- I - Existência de vaga, com os elementos capazes de identificá-la;
- II - Em caso de acumulação de cargos, referência ao ato ou processo em que foi autorizada.

## **CAPÍTULO II DA NOMEAÇÃO**

**Art. 24º.** - A nomeação será feita:

I - Em caráter efetivo, quando se tratar de nomeação para classe singular inicial de série de classes;

II - Em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei assim deva ser provido;

III- Em substituição, no impedimento legal de ocupante de cargo em comissão.

**Art. 25º.** - A nomeação observará o número de vagas existentes, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação no concurso e será feita para a respectiva classe singular ou classe inicial da série de classes, atendido o requisito de aprovação em exame de saúde ressalvados os casos de incapacidade física parcial, que, de acordo com a lei, não impeçam o exercício do cargo.

**Art. 26º.** - Será tornada sem efeito a nomeação quando por ato ou omissão pelos quais for responsável o nomeado, a posse não se verificar no prazo estabelecido nesta lei.

## **CAPÍTULO III DO CONCURSO**

**Art. 27º.** - A realização de concurso para provimento de cargos do Quadro Único caberá ao Órgão Secretaria Municipal de Administração e na impossibilidade através de Contratação de Empresa especializada, obedecendo a Lei 8.666/93 e suas alterações.

**Art. 28º.** - Os concursos são de provas ou de provas e títulos.

**Art. 29º.** - O concurso de que trata o Art. 5º. será realizado para provimento de cargos vagos nas classes iniciais das séries de classes ou nas classes singulares que não estejam sujeitas a regime de provimento por acesso.

**Art. 30º.** - Das instruções para o concurso constarão: o limite de idade dos candidatos, que não poderá exceder de cinquenta e cinco anos completos; o número de vagas a serem providos, distribuídas por especialização; o prazo de validade do concurso, de dois anos, prorrogável a juízo do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - É assegurado o provimento dos cargos vagos, pelos candidatos para esse fim habilitados em concurso, dentro de noventa dias da abertura das respectivas vagas.

**Art. 31º.** - Encerradas as inscrições, legalmente processadas, para concurso destinado ao provimento de qualquer cargo, não se abrirão novas antes de sua realização.

**Art. 32º.** - Independente de limite de idade a inscrição em concurso de funcionário da Administração direta ou indireta quando o provimento do cargo objeto do concurso não vier a ensejar acumulação com cargo já ocupado pelo candidato.

**Art. 33º.** - O ocupante interino do cargo será inscrito ex-offício no primeiro concurso que se realizar, devendo satisfazer as formalidades da inscrição.

Parágrafo Único: Homologado o concurso, serão exonerados todos os interinos.

## **CAPÍTULO IV DA POSSE**

**Art. 34º.** - Posse é ato que completa A investidura em cargo público.

Parágrafo Único - Independem de posse os casos de promoção, acesso, reintegração e designação para função gratificada.

**Art. 35º.** - São requisitos para a posse, além dos exigidos pelo art. 22º:

I - Habilitação prévia em concurso público, nos casos de provimento efetivo em cargo inicial;

II - Cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos ou séries de classes.

Parágrafo Primeiro - A prova das condições a que se referem os incisos I e II, do art. 22 e inciso I, deste artigo, não será exigida nos casos dos incisos IV, V, VII, VIII, e IX do art. 18º.

Parágrafo Segundo - Salvo menção expressa do regime de acumulação no ato da posse, ninguém poderá ser empossado em cargo efetivo, sem declarar que não exerce outro cargo ou função pública da União, dos Estados, dos Municípios, de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações instituídas pelo Poder Público, ou sem provar que solicitou exoneração ou dispensa do cargo ou função que ocupava em qualquer dessas entidades.

**Art. 36º.** - São competentes para dar posse:

I - O chefe o Poder Executivo, às autoridades que lhe sejam diretamente subordinadas - Secretários Municipais e os que ocuparão cargos em Comissão;

II - O Secretário de Administração, aos demais nomeados para os demais cargos;

**Art. 37º.** - A posse verificar-se-á mediante a lavratura de um termo, no qual o nomeado prestará o compromisso de desempenhar com lealdade e exação os deveres do cargo e cumprir fielmente a Constituição, as leis e regulamentos envidando esforços em bem do Município e do regime.

Parágrafo Único - O termo será assinado pelo nomeado e pela autoridade que lhe der posse.

**Art. 38º.** - No ato de posse, será apresentada declaração, pelos funcionários empossados nos cargos de Secretários Municipais, dos bens e valores que constituem o seu patrimônio, nos termos da regulamentação própria.

**Art. 39º.** - Poderá haver posse por procuração, com poderes expressos, quando se tratar de funcionário ausente do país, ou ainda, em casos especiais, a juízo da autoridade competente.

**Art. 40º.** - A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais para esse fim.

Parágrafo Único - Nenhum funcionário poderá tomar posse sem exhibir o título de nomeação.

**Art. 41º.** - A posse terá lugar no prazo de trinta dias da publicação, no órgão oficial de divulgação, do ato de provimento.

Parágrafo Primeiro - A requerimento do interessado ou de seu representante legal, o prazo para a posse poderá ser prorrogado ou revalidado pela autoridade competente, até o máximo de trinta dias, a contar do término do prazo de trinta dias, a contar do término do prazo de que trata este artigo.

Parágrafo Segundo - O prazo inicial para o funcionário em férias ou em licença, exceto no caso de licença para tratar de interesses particulares, será contado da data em que o funcionário voltar ao serviço.

Parágrafo Terceiro - Se a posse não se der dentro do prazo inicial e da prorrogação ou da revalidação, desde que concedidas, será a nomeação tornada sem efeito, por decreto.

## **CAPÍTULO V DA FIANÇA**

**Art. 42º.** - O funcionário nomeado para cargo cujo provimento dependa da prestação de fiança não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

Parágrafo Primeiro - A fiança poderá ser prestada em:

- I - Dinheiro
- II - Título da dívida Agrária
- III- Apólice de seguro de fidelidade funcional, emitida por instituição oficial ou legalmente autorizada para esse fim.

Parágrafo Segundo - Não se admitirá o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

## **CAPÍTULO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 43º.** - Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

Parágrafo Primeiro - Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

- I - Idoneidade moral;
- II - Assiduidade;
- III- Disciplina;
- IV- Eficiência.

Parágrafo Segundo - Para efeito de estágio probatório será contada a interinidade no mesmo cargo, desde que não tenha havido interrupção.

Parágrafo Terceiro - Quando o funcionário em estágio probatório não preencher qualquer dos requisitos enumerados no Parágrafo Primeiro deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo competente, dando ciência do fato ao interessado.

Parágrafo Quarto - O processo referido no parágrafo anterior se conformará ao que dispuser a regulamentação própria.

Parágrafo Quinto - Na ausência da iniciativa do chefe imediato do estágio de que trata o Parágrafo Terceiro deste artigo, será este automaticamente confirmado no cargo.

**CAPÍTULO VII**  
**DO EXERCÍCIO**  
**SEÇÃO I**  
**Disposições Preliminares**

**Art. 44º.** - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionamento.

Parágrafo Único - O início do exercício e as alterações que neste ocorrerem serão comunicados pelo Chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o funcionário ao órgão competente.

**Art. 45º.** - Ao chefe da unidade administrativa para a qual for designado compete dar-lhe exercício.

**Art. 46º.** - O exercício do cargo ou da função terá início no prazo de trinta dias contados da data:

I - Da publicação oficial do ato, no caso de reintegração, remoção, e transferência;

II - Da posse, nos demais casos.

Parágrafo Primeiro - Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda de trinta dias.

Parágrafo Segundo - O funcionário removido ou transferido, quando licenciado, terá quinze dias de prazo para entrar em exercício, a partir do término da licença.

Parágrafo Terceiro - O funcionário removido ou transferido para repartição situada na mesma sede terá oito dias de prazo para entrar em exercício.

**Art. 47º.** - A promoção não interrompe o exercício, que é contado na nova classe a partir da data da publicação do ato que promover o funcionário.

**Art. 48º.** - Será demitido o funcionário que não entrar em exercício no prazo de trinta dias e aquele que interromper o exercício por igual prazo, ressalvados os casos que encontrem amparo em outras disposições deste Estatuto.

**Art. 49º.** - O número de dias que o funcionário gastar em viagem para entrar em exercício será considerado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício.

**Art. 50º.** - O funcionário terá exercício na unidade administrativa em que for lotado.

Parágrafo Primeiro - Nenhum funcionário poderá ter exercício em unidade administrativa diferente daquela em que estiver lotado, salvo os casos previstos neste Estatuto ou prévia autorização do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Segundo - Na hipótese do parágrafo anterior, o afastamento do funcionário só será permitido para fim determinado e por prazo certo.

**Art. 51º.** - Entende-se por lotação o número de servidores, por categoria funcional, que devem ter exercício em cada unidade administrativa.

**Art. 52º.** - O afastamento do funcionário só se verifica nos casos previstos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro - O afastamento não se prolongará por mais de quatro anos consecutivos, salvo quando para exercício de cargo de direção ou em comissão nos Governos da União, dos Estados ou dos Municípios, ou na hipótese de funcionário à disposição da Presidência da República, ou ainda, para exercício de cargo eletivo no âmbito federal, estadual ou municipal, casos em que poderá permanecer afastado durante todo o tempo em que perdurar a comissão ou a repartição, ou durante o prazo do respectivo mandato.

Parágrafo Segundo - Nenhum funcionário poderá ausentar-se do Município, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação expressa do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Terceiro - Preso preventivamente, pronunciado por crime comum ou denunciado por crime funcional, ou, ainda, condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, o funcionário será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.

Parágrafo Quarto - Durante o afastamento, o funcionário perderá um terço do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença, se for, a final absolvido.

Parágrafo Quinto - No caso de condenação, se esta não for de natureza que determine a demissão do funcionário, continuará o mesmo afastamento do exercício, nos termos do disposto pelo art. 160º.

## **SEÇÃO II**

### **De Regime de Trabalho**

**Art. 53º.** - O chefe do Poder Executivo determinará, por decreto, quando não discriminados em lei ou regulamento:

I - Para as repartições, horários de trabalhos normal;

II - Para cada cargo, o mínimo de horas exigíveis por semana, especialmente se sua natureza acarreta prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados;

III- O regime de trabalho em turnos, quando for aconselhável, indicando o número certo de horas de trabalho exigível por semana, respeitada a legislação em vigor;

IV- Quais os funcionários que em virtude das atribuições que desempenham, não estão obrigados a “ponto”.

Parágrafo Primeiro - O horário de trabalho normal, estabelecido para todos os serviços Municipais, ou para determinados órgãos, cargos e funções, não poderá exceder a quarenta horas (Máximo) e o Mínimo de 10 horas semanais expressamente para cargos de Médicos.

Parágrafo Segundo - Excetua-se do limite máximo fixado no parágrafo anterior, o regime de trabalho expressamente estabelecido em lei para os funcionários que operam com Raio X e substâncias radioativas, próximo às fontes de irradiação, e outros abrangidos por legislação federal específica.

Parágrafo Terceiro - Não Haverá expediente aos sábados nos órgãos Administrativos direta ou indireta do Município, exceção daqueles que pela sua natureza especial de segurança, ensino saúde e imprensa, sejam imprescindíveis à comunidade:

**Art. 54º.** - A frequência ao serviço será apurada:

I - Através de “ponto”;

II - Pela forma determinada pelo chefe do Poder Executivo, quanto a funcionários não obrigados a “ponto”.

Parágrafo Único - “Ponto” é o controle diário do comparecimento e da permanência do funcionário no serviço, devendo, registrar todos os elementos necessários à apuração da frequência, preferentemente por meios mecânicos.

**Art. 55º.** - Nos dias úteis, só por determinação do Chefe do Poder Executivo podem deixar de funcionar as repartições municipais ou ser suspensos os seus trabalhos.

Parágrafo Único - Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos de repartição, essa medida será determinada pelo Secretário Municipal de Administração add-referendum do Chefe do Poder Executivo.

### **SEÇÃO III**

#### **Do Regime de Tempo Integral de Dedicção Exclusiva**

**Art. 56º.** - O regime de tempo integral e dedicação exclusiva poderá ser aplicado, no interesse da administração ressaltando o direito de opção, na forma que a lei dispuser:

I - Aos que exerçam atividades de pesquisa;

II - Aos que exerçam atividades científicas;

III- Aos que exerçam atividades de natureza técnica;

IV- A ocupante de cargo ou função que envolva responsabilidade de direção, chefia ou assessoramento;

V - Ao conjunto de funcionários de determinadas unidades administrativas ou de setores das mesmas, quando a natureza do trabalho o exigir.

Parágrafo Único - Em casos excepcionais, devidamente justificados, o regime de tempo integral e dedicação exclusiva poderá ser aplicado, individualmente, a qualquer funcionário que esteja incluído numa das hipóteses indicadas neste artigo, mediante proposta do dirigente da unidade administrativa.

**Art. 57º.** - O regime de trabalho, a que se refere o artigo anterior, poderá ser aplicado em caráter obrigatório, a critério do Chefe do Poder Executivo, tendo em vista a essencialidade, complexidade e responsabilidade de determinadas funções, cargos ou atribuições, bem como as condições e a natureza do trabalho das unidades administrativas correspondentes.

**Art. 58º.** - Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o funcionário proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou público de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Não se compreendem na proibição deste artigo:

I - O exercício em um órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral;

II - As atividades que, sem caráter de emprego, se destinam à difusão de idéias e conhecimentos, excluídas as que prejudiquem ou impossibilitem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral;

III - A prestação de assistência não remunerada a outros serviços, visando à aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, quando solicitada através da repartição a que pertence o funcionário.

**Art. 59º.** - O funcionário que se achar legalmente acumulado e for colocado, em regime de tempo integral em razão de um dos cargos, será automaticamente afastado de outro, com perda de vencimentos e demais vantagens financeiras, a partir da data em que assinar o competente termo de compromisso.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista neste artigo e quando o funcionário ocupar cargo de provimento em comissão, em razão do qual tenha sido submetido ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ficará automaticamente afastado do cargo ou cargos que vinha exercendo antes daquela investidura, com perda dos respectivos vencimentos e demais vantagens financeiras, sem prejuízo de contagem de tempo.

Parágrafo Segundo - Cessada a sujeição do funcionário ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, reassumirá ele, automaticamente, o cargo ou cargos, dos quais houver sido afastado, observadas as disposições legais sobre a ressunção do exercício.

**Art. 60º.** - Pelo exercício de cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, perceberá o funcionário gratificação mensal indivisível, fixada por Decreto, nos termos, desta Lei.

Parágrafo Único - O funcionário que ocupar mais de um cargo, mediante acumulação legalmente permitida, e estiver submetido ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, poderá, ao passar à inatividade, optar pela situação que mais lhe convier, observado o disposto neste artigo, sendo vedada a acumulação dos benefícios em ambos os cargos, a qualquer título.

**Art. 61º.** - O regime de tempo integral obriga a um mínimo de quarenta e duas horas e meia semanais de trabalho, sem prejuízo de permanecer o funcionário à disposição

do órgão em que estiver em exercício, sempre que as necessidades do serviço assim o exigirem.

**Art. 62º.** - O funcionário colocado em regime de tempo integral exclusiva assinará termo de compromisso em que declare vincular-se ao regime, obrigando-se a cumprir os horários ao mesmo inerentes, fazendo jus aos seus benefícios somente enquanto nele permanecer.

Parágrafo Único - Verificada em processo administrativo a infringência do compromisso decorrente do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o funcionário ficará sujeito à pena de demissão, sem prejuízo da responsabilidade criminal e civil.

## **SEÇÃO IV**

### **Do Desvio de Função**

**Art. 63º.** - Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo se tratar de função gratificada, de cargo em comissão ou no caso de substituição.

Parágrafo Primeiro - Em caso de necessidade imperiosa de serviço, poderão ser cometidos ao servidor, mediante prévia autorização do órgão competente, por prazo não superior a seis meses, atribuições não compreendidas na especificação do seu cargo.

Parágrafo Segundo - Cessados os motivos de desvio de função ou decorrido o prazo do parágrafo anterior, deverá o servidor retornar às ocupações que competem à sua classe.

**Art. 64º.** - Apurado que o servidor tenha sido desviado de função, com inobservância dos preceitos da lei, o órgão de administração de pessoal organizará processo próprio e proporá as medidas e sanções cabíveis, inclusive à autoridade que houver permitido.

Parágrafo Primeiro - O desempenho, pelo servidor, de atribuição diversa da pertinente à classe a que pertencer, não poderá, em caso algum, acarretar a sua recalcificação ou readaptação.

Parágrafo Segundo - Apurado o desvio de função não permitido por lei, será aplicada ao servidor, quando for o caso, a penalidade de suspensão, sem vencimento, até que retorne às ocupações que competem à sua classe, sem prejuízo das demais cominações legais que couberem.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA REMOÇÃO**

**Art. 65º.** - Remoção é o deslocamento do funcionário de um para outro órgão, ou unidade administrativa, e processar-se-á ex-offício ou a pedido do funcionário.

Parágrafo Único - A remoção respeitará a lotação dos órgãos ou unidades administrativas interessados e será realizada, no âmbito de cada um, pelos respectivos chefes, cabendo ao Chefe do Poder Executivo efetuar-la de uma para outra Secretaria ou órgão que lhe seja diretamente subordinado.

**Art. 66º.** - A remoção em qualquer caso dependerá da existência de claros na lotação.

**Art. 67º.** - Ao funcionário será assegurado o direito de remoção para cargo equivalente.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de ocorrer a remoção, aplicar-se-á o disposto no art. 245º.

**Art. 68º.** - O interino não poderá ser removido, nem ter exercício em repartição ou serviço sediado em outra localidade que não aquela para a qual foi inicialmente nomeado ou lotado, ressalvadas o interesse da administração e a hipótese de motivo de saúde, uma vez comprovadas, por junta médica oficial, as razões apresentadas pelo interessado.

**Art. 69º.** - A remoção por permuta será processada a pedido escrito de ambos os interessados e de acordo com as demais disposições deste Capítulo.

## **CAPÍTULO IX DA SUBSTITUIÇÃO**

**Art. 70º.** - Haverá substituição nos casos de impedimento legal ou afastamento do titular de cargo em comissão ou função gratificada.

Parágrafo Único - A regulamentação estabelecerá as autoridades competentes para designar substitutos de titulares de cargos em comissão ou função gratificada.

**Art. 71º.** - A substituição será automática ou dependerá de ato da administração.

Parágrafo Primeiro - A substituição automática é a feita por funcionário previamente designado substituto do titular e será remunerado por todo o período, sempre que exceder de dez dias.

Parágrafo Segundo - A substituição que depender de ato da administração será sempre remunerada.

Parágrafo Terceiro - A substituição perdurará durante todo o afastamento do substituído, salvo no caso de nomeação ou designação de outro ocupante para o cargo ou função, objeto da substituição, ou, ainda, no caso de nova designação de substituto.

**Art. 72º.** - Durante o tempo de substituição remunerada, o substituto receberá o vencimento ou gratificação do cargo ou função, ressalvo o caso de opção é vedada a percepção cumulativa de vencimentos, gratificações ou vantagens.

**Art. 73º.** - Em caso de vaga, e até o seu provimento, poderá ser designado, pela autoridade competente, na forma de regulamentação própria, um responsável pelo expediente do cargo ou função.

Parágrafo Único - Ao responsável pelo expediente de aplicam as disposições do art. 72º., referentes à percepção do vencimento ou gratificações do cargo ou função pelo qual responder.

## **CAPÍTULO X DA PROMOÇÃO**

**Art. 74º.** - Promoção é a elevação do funcionário à classe imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da mesma série de classes, obedecidos os critérios de merecimento e antigüidade, alternadamente.

**Art. 75º.** - Não poderá haver promoção de funcionário interino, em estágio probatório, ou disponibilidade.

Parágrafo Único - Não haverá também promoção para classe em que houver cargo excedente.

**Art. 76º.** - Merecimento, é a denominação, por parte do funcionário, durante a sua permanência na classe, de fiel cumprimento dos seus deveres e de eficiência no exercício do cargo, apurada na forma regulamentar, bem como da posse de qualificações e aptidão necessárias ao desempenho das atribuições da classe imediatamente superior.

Parágrafo Único - Da apuração do merecimento será dado conhecimento ao funcionário.

**Art. 77º.** - A antigüidade será determinada pelo tempo de efetivo exercido na classe, apurado em dias.

Parágrafo Primeiro - Havendo fusão de classes, a antigüidade abrangerá o efetivo exercício na classe anterior.

Parágrafo Segundo - O tempo de exercício interino, continuado ou não, será contado como antigüidade de classe, para efeito de promoção, quando o funcionário for nomeado em virtude de concurso para o mesmo cargo.

**Art. 78º.** - Poderão concorrer à promoção por merecimento somente os funcionários colocados, por ordem de antigüidade, nos dois primeiros terços da lista, ressalvada a hipótese de mais vagas do que candidatos, quando poderão ser promovidos os integrantes do terceiro terço.

Parágrafo Primeiro - A promoção por merecimento recairá no funcionário escolhido pelo Chefe do Poder Executivo, dentro os que figurem na lista previamente organizada pelo órgão competente.

Parágrafo Segundo - A lista será organizada para cada classe, e da mesma constarão os nomes dos funcionários de maior merecimento, em número triplo ao das vagas a serem promovidos por este critério.

**Art. 79º.** - As promoções serão realizadas anualmente, desde que verificada a existência de vaga.

Parágrafo Primeiro- Não decretada no prazo legal, a promoção produzirá seus efeitos a partir do último dia do respectivo ano letivo.

Parágrafo Segundo- Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier a falecer ou for aposentado sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção que lhe cabia por antigüidade.

**Art. 80º.** - Será de dois anos de efetivo exercício na classe o interstício para promoção.

Parágrafo Único - se não houver funcionário com requisito indicado neste artigo, poderá, seja por antigüidade seja por merecimento, concorrer à promoção o que contar pelo menos trezentos e sessenta e cinco dias de efetivo exercício na classe.

**Art. 81º.** - O funcionário promovido passará, na classe superior, a contar novo interstício para efeito de nova promoção.

**Art. 82º.** - O funcionário submetido a processo disciplinar poderá ser promovido, mas a promoção, se pelo critério de merecimento, ficará sem efeito no caso de o processo resultar em penalidade.

**Art. 83º.** - Havendo empate na classificação por antigüidade, terá preferência o funcionário de maior tempo de serviço no Estado; continuando o empate, terá preferência, sucessivamente, o de maior tempo de serviço público, o de maior prole e o mais idoso.

Parágrafo Único - caso de promoção da classe inicial o primeiro desempate será determinado pela classificação obtida em concurso.

**Art. 84º.** - O funcionário em exercício de mandato eletivo somente por antigüidade poderá ser promovido.

**Art. 85º.** - Será declarado sem efeito o ato que houver decretado indevidamente a promoção, em benefício daquele a quem de direito cabia.

Parágrafo Primeiro- O funcionário promovido indevidamente não ficará obrigado a restituir o que a mais houver recebido.

Parágrafo Segundo- O funcionário ao qual cabia a promoção será indenizado da diferença de vencimento a que tiver direito.

**Art. 86º.** - O processo de promoção ficará a cargo de Comissão de Promoção instituída por lei.

**Art. 87º.** - O critério a que obedecer a promoção deverá vir no decreto respectivo.

**Art. 88º.** - Acesso é o ingresso do funcionário da classe final de uma série de classes na classe inicial de outra de formação profissional a fim, porém de escalão superior, pelos critérios de merecimento e antigüidade, alternadamente, observadas estritamente as

linhas de correlação definidas em lei atendidos o requisito de habilitação profissional e o interstício na classe.

Parágrafo Único - Entende-se por série de classes auxiliar aquela da qual for facultado acesso a outra, de atividade correlata, tarefas mais complexas, maior grau de responsabilidade e vencimento superior, entendendo-se esta como série de classes principal.

**Art. 89º.** - Será de dois anos de efetivo exercício na classe o interstício para o funcionário concorrer ao acesso, reduzindo-se para trezentos e sessenta e cinco dias quando não houver funcionário que possua aquele tempo.

**Art. 90º.** - Para o acesso à série de classes cujo ingresso dependa de apresentação de tese, este título será obrigatoriamente exigido; para o acesso à série de classes, cujo exercício dependa de habilitação profissional específica, fica o candidato obrigado a apresentar o respectivo diploma ou certificado de habilitação em curso exigido pela legislação vigente.

**Art. 91º.** - Aplicam-se ao provimento por acesso as regras e demais condições relativas à promoção.

**Art. 92º.** - O funcionário provido por acesso perceberá na nova classe o vencimento correspondente e terá reiniciado a contagem do seu tempo de serviço, para efeito de promoção.

**Art. 93º.** - O acesso se processará anualmente, imediatamente após a época fixada para as promoções, sempre que houver vagas e candidatos com interstício.

Parágrafo Único - Se o acesso não se verificar na época própria, os direitos dele decorrentes retrairão ao último dia do prazo para esse fim fixado, desde que o servidor permaneça em atividade.

**Art. 94º.** - Não poderá ser preenchida interinamente a vaga destinada a provimento por acesso.

**Art. 95º.** - O processo de provimento por acesso será organizado por Comissão de Acesso, instituída por Lei.

## **CAPÍTULO XII DA TRANSFERÊNCIA**

**Art. 96º.** - Transferência é a passagem do funcionário de uma classe para outra, de igual nível de vencimento, mediante comprovação prévia de habilitação, por meio de provas, e cumprido o necessário interstício.

**Art. 97º.** - A transferência far-se-á:

- I - a pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço;
- II - ex-offício, no interesse da administração.

Parágrafo Primeiro - em hipótese alguma será permitida a transferência ex-offício para outro cargo de vencimentos básicos diferentes.

Parágrafo Segundo - As transferências não poderão exceder de um terço das vagas de cada classe e só poderão ser efetuados após a época prevista para a promoção e acesso.

Parágrafo Terceiro - A transferência ex-offício não interromperá a contagem de tempo de serviço para efeito de promoção e acesso.

**Art. 98º.** - Caberá a transferência, atendidas as demais disposições previstas neste capítulo:

I - de um cargo para outro, de igual denominação;

II - de cargo integrante de uma série de classes para outro de série diferente;

III - de cargo integrante de uma série de classes para cargos de classe singular;

IV - de cargo de classe singular para cargo integrante de série de classe;

V - de cargo de classe singular para outro de classe singular diferente.

**Art. 99º.** - O funcionário interino ou em estágio probatório não poderá ser transferido.

**Art. 100º.** - É de dois anos o interstício obrigatório na classe, para transferência.

**Art. 101º.** - A transferência por permuta, a pedido, será processada a requerimento firmado por ambos os interessados e de acordo com o prescrito neste Capítulo.

**Art. 102º.** - Compete ao Chefe do Poder Executivo proferir decisão final nos pedidos ou propostas de transferência, após pronunciamento conclusivo da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 103º.** - Readmissão é o reingresso no serviço público municipal, sem ressarcimento de vencimentos e vantagens, do funcionário exonerado ou demitido, depois de apurado em processo, quanto ao segundo caso, que não subsistem os motivos que determinaram a demissão.

Parágrafo Único - A readmissão dependerá de prova de capacidade, mediante inspeção médica, e da existência de vaga, a ser promovido pelo critério de merecimento.

**Art. 104º.** - A readmissão far-se-á de preferência no cargo anteriormente ocupado pelo funcionário.

Parágrafo Único - A readmissão poderá efetivar-se em cargo de vencimento ou remuneração equivalente ao anteriormente ocupado pelo funcionário, atendido o requisito de habilitação profissional.

**Art. 105º.** - O tempo de serviço público estadual do readmitido, anterior à sua exoneração ou demissão, será contado para todos os efeitos legais.

## **CAPÍTULO XIV DA REINTEGRAÇÃO**

**Art. 106º.** - A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária, é o reingresso do funcionário no serviço público, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo.

Parágrafo Único - A decisão administrativa que determina a reintegração será proferida em pedido de reconsideração, em recurso ou em revisão de processo.

**Art. 107º.** - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se este houver sido transformado, no resultante da transformação, e se extinto, em cargo de nível de vencimento equivalente, comprovada pelo órgão competente a habilitação do funcionário.

Parágrafo Único - Não sendo possível fazer a reintegração pela forma prescrita neste artigo, será o ex-funcionário posto em disponibilidade no cargo que exercia, cabendo-lhe a retribuição que percebia na data do afastamento.

**Art. 108º.** - Reintegrado Judicialmente o funcionário, quem lhe ocupava o lugar será exonerado ou será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, sem direito, em ambos os casos, a qualquer indenização.

**Art. 109º.** - O funcionário reintegrado será submetido a inspeção médica e aposentado, quando julgado incapaz, no cargo em que houver sido reintegrado.

## **CAPÍTULO XV DO APROVEITAMENTO**

**Art. 110º.** - Aproveitamento é o retorno do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo público.

**Art. 111º.** - Será obrigatório o aproveitamento do funcionário estável em cargo de natureza e vencimento ou remuneração compatíveis com os do anteriormente ocupado.

Parágrafo Único - O aproveitamento dependerá de prova da capacidade, mediante inspeção médica.

**Art. 112º.** - Na ocorrência de vaga nos quadros do pessoal do Município, o aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento.

Parágrafo Primeiro - Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de serviço público municipal.

Parágrafo Segundo - O aproveitamento far-se-á a pedido ou ex-offício, respeitada sempre a habilitação profissional.

Parágrafo Terceiro - Se o aproveitamento se der em cargo de vencimento inferior ao provento da disponibilidade, terá o funcionário direito à diferença.

**Art. 113º.** - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade do funcionário se este, cientificado expressamente do ato de aproveitamento,

não tomar posse no prazo legal, com perda de todos os direitos de sua anterior situação, salvo caso de doença comprovada em inspeção médica.

Parágrafo Único - Provada em inspeção médica a incapacidade definitiva, será decretada a aposentadoria, e para o cálculo do tempo desta será levado em conta o período da disponibilidade.

## **CAPÍTULO XVI DA REVERSÃO**

**Art. 114º.** - Reversão é o reingresso no serviço público do funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

**Art. 115º.** - A reversão far-se-á ex-offício ou a pedido de preferência no mesmo cargo ou naquele em que se tenha transformado, ou em cargo de vencimento ou remunerado equivalente ao do anteriormente ocupado, atendido o requisito de habilitação profissional.

Parágrafo Primeiro - Para que a reversão possa efetivar-se, é necessário que o aposentado:

- a) Não haja completado cinqüenta e cinco anos de idade;
- b) Não conte mais de vinte e cinco anos de tempo de serviço e de inatividade computados em conjunto;
- c) Seja julgado apto em inspeção de saúde;
- d) Tenha o seu retorno à atividade considerado como de interesse do serviço público, a juízo da Administração.

Parágrafo Segundo - A reversão, a pedido, em cargo que a Lei determinar seja preenchido por promoção ou acesso, pelo critério de merecimento, somente será feita quando ficar comprovado inexistir funcionário habilitado ao seu preenchimento.

**Art. 116º.** - A reversão do funcionário aposentado dará direito de nova aposentadoria, à contagem de tempo em que esteve aposentado.

**Art. 117º.** - O funcionário que reverter não será aposentado novamente, sem que tenham decorrido cinco anos do efetivo exercício, salvo se a aposentadoria for motivo de saúde.

**Art. 118º.** - Será observado as Leis Federais, caso existam divergências na presente Lei.

## **CAPÍTULO XVII DA READAPTAÇÃO**

**Art. 119º.** - Readaptação é o provimento do funcionário em cargo compatível com a sua capacidade física ou intelectual e vocação, podendo ser realizada ex-offício ou a pedido do interessado.

**Art. 120º.** - A readaptação verificar-se-á:

I - quando ficar comprovada a modificação do estado físico ou das condições de saúde do funcionário, que lhe diminuía a eficiência para a função;

II - quando o nível de desenvolvimento mental do funcionário não corresponder às exigências da função;

III - quando a função atribuída ao funcionário não corresponder aos seus pendores vocacionais;

IV - quando se apurar que o funcionário não possui a habilitação profissional exigida em lei para o cargo que ocupa;

**Art. 121º.** - O processo de readaptação baseado nos incisos I e II, do artigo anterior, será iniciado mediante laudo firmado por junta médica oficial do órgão competente.

**Art. 122º.** - A readaptação não acarretará redução de vencimento e vantagens legais efetivamente percebidos, assegurando-se sempre a diferença a que o servidor fizer jus, quando for o caso de readaptação em cargo de nível inferior.

Parágrafo Primeiro - O cargo indicado sendo do mesmo nível de vencimentos, a readaptação far-se-á mediante o intuito da transferência.

Parágrafo Segundo - A readaptação por transferência não dependerá da satisfação de condições de habilitação prevista no art. 96º e será feita mediante proposta do Secretário de Administração.

## **TÍTULO IV**

### **CAPÍTULO ÚNICO**

### **DA VACÂNCIA DOS CARGOS**

**Art. 123º.** - A vacância do cargo decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - promoção e acesso;

IV - transferência;

V - readaptação;

VI - aposentadoria;

VII - nomeação para outro cargo, ressalvados os seguintes casos:

a) substituição;

b) cargo de governo ou de direção;

c) cargo em comissão;

d) acumulação legal, desde que, no ato de provimento, conste esta circunstância.

VIII - Falecimento.

**Art. 124º.** - Dar-se-á exoneração;

I - a pedido;

II - Ex-offício:

- a) quando se tratar de cargo em comissão ou provido interinamente;
- b) quando não satisfeitas as condições de estágio probatório.

**Art. 125º.** - A vaga ocorrerá na data:

I - Da publicação do ato de promoção, acesso, transferência, readaptação, aposentadoria, exoneração, ou demissão do ocupante do cargo;

II - Da posse em outro cargo, observado o disposto no Inciso VII, do art. 123º.;

III - Do falecimento do ocupante do cargo;

IV - Da vigência do ato que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento ou do que determinar esta última medida, se o cargo estiver criado;

V - Da vigência do ato que extinguir cargo, cuja dotação permita o preenchimento de cargo vago.

Parágrafo Único - Verificada a vaga, serão consideradas abertas, na mesma data, todas as que decorrerem do seu preenchimento.

**Art. 126º.** - Tratando-se de função gratificada, dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido ou ex-offício, ou por destituição.

**Art. 127º.** - A demissão é aplicada como penalidade.

## **TÍTULO V**

### **DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO TEMPO DE SERVIÇO**

**Art. 128º.** - Será considerado de efetivo exercício e afastamento em virtude de:

I - férias;

II - casamento;

III - luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe, e irmão, até oito dias;

IV - do trânsito;

V - convocação para o serviço militar;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII - exercício de função de governo ou administração em qualquer parte do território estadual, por nomeação do Chefe do Poder Executivo;

VIII - exercício de cargo ou função do governo ou administração, por designação do Presidente da República ou através de mandato eletivo, na administração federal, estadual, e municipal, inclusive autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público;

IX - missão ou estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;

Municípios;

- X - exercício de mandato legislativo da União, dos Estados e Municípios;
- XI - licença especial;
- XII - licença para tratamento de saúde;
- XIII - licença a funcionário que sofre acidente no trabalho ou for atacado doença profissional, na forma dos parágrafos 1º., 2º., 3º. e 4º. deste artigo;
- XIV - licença a funcionária gestante;
- XV - faltas até no máximo de três durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma regulamentar;
- XVI - licença para o trato de interesses particulares, desde que estas licenças não ultrapassem de noventa dias durante um quinquênio;
- XVII - licença por motivo de doença em pessoas da família: cônjuge, filhos, pai, mãe ou irmãos, até noventa dias num quinquênio;
- XVIII - licença compulsória;
- XIX - faltas não justificadas, não excedentes de sessenta dias, durante um quinquênio.

**Art. 129º.** - Computar-se-á, para todos os efeitos legais:

- I - o tempo de serviço prestado ao Município desde que remunerados;
- II - o período de férias não gozadas na administração municipal, contado em dobro.

**Art. 130º.** - Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

- I - o tempo de serviço público federal, municipal e estadual prestado aos demais Estados da Federação;
- II - o período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante a paz, computado pelo dobro o tempo em operação de guerra;
- III - o tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público Estadual;
- IV - o período de trabalho prestado a instituição de caráter privado, que tiver sido transformado em estabelecimento de serviço público;
- V - o tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade ou aposentado.

Parágrafo Único - O tempo de serviço a que alude este artigo será computado à vista de certidões passadas pelo órgão competente e na forma de regulamentação própria.

**Art. 131º.** - Durante o exercício de mandato eletivo federal ou estadual, o funcionário fica afastado do exercício do cargo, e somente por antigüidade pode ser promovido ou provido por acesso, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção, acesso e aposentadoria.

Parágrafo Primeiro - Se o mandato for de prefeito, o funcionário é licenciado com opção de vencimento e sem prejuízo dos demais direitos assegurados em lei.

Parágrafo Segundo - Se o mandato for de vereador, o funcionário pode licenciar-se com perda de vencimento ou obter horário especial para frequência às sessões da Câmara, com opção de vencimentos, se o mandato for remunerado.

**Art. 132º.** - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

Parágrafo Primeiro - O número de dias será convertido em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Parágrafo Segundo - Feita a conversão, os dias restantes até cento e oitenta e dois não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem esse número, nos casos de cálculo para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

**Art. 133º.** - É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado, concorrente ou simultaneamente, em dois ou mais cargos ou funções da união, dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações instituídas pelo Poder Público e Instituições de caráter privado que hajam convertidas em estabelecimentos de serviço público.

## **CAPÍTULO II DA ESTABILIDADE**

**Art. 134º.** - Sobre estabilidade vide art. 19º. e 20º. ADCT-CF.

**Art. 135º.** - Estabilidade é a situação adquirida pelo funcionário efetivo, após o transcurso do período de estágio probatório, que lhe garante a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial ou de decisão em processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo Único - A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo ou função.

**Art. 136º.** - São estáveis, após dois anos de exercício, os funcionários, nomeados por concurso.

**Art. 137º.** - O funcionário somente perderá o cargo:

I - quando vitalício, em virtude de sentença judiciária;

II - quando estável, em virtude de sentença judiciária ou processo administrativo, que haja concluído pela sua demissão, depois de lhe haver sido assegurada ampla defesa;

III - em estágio probatório, quando nele não confirmado em decorrência do processo de que tratam os parágrafos 3º. e 4º. do art. 43º., ou mediante inquérito administrativo.

## **CAPÍTULO III DA APOSENTADORIA**

**Art. 138º.** - O funcionário será aposentado:

I - por invalidez;

II - a pedido, depois de trinta e cinco anos de serviço;

III - compulsóriamente, aos setenta anos de idade.

Parágrafo Primeiro - No caso do inciso II, o prazo é reduzido a trinta anos de serviço público, para as mulheres.

Parágrafo Segundo - Atendendo à natureza especial do serviço poderá ocorrer redução dos limites estabelecidos para a aposentadoria, na forma de legislação federal competente.

Parágrafo Terceiro - A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não inferior a vinte e quatro meses, salvo quando a Junta Médica declarar a incapacidade definitiva para o serviço ou na hipótese do art. 224º.

Parágrafo Quarto - Será aposentado o funcionário que for considerado inválido para o serviço e não puder ser readaptado na forma do art. 212º.

Parágrafo Quinto - No caso do inciso II, o funcionário aguardará em exercício ou dele legalmente afastado, a publicação do ato da aposentadoria.

Parágrafo Sexto - No caso do item III, o funcionário é dispensado do comparecimento ao serviço, a partir da data em que completar a idade limite.

**Art. 139º.** - O funcionário efetivo, quando aposentado por invalidez, terá provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral de seu cargo.

Parágrafo Único - quando se tratar de invalidez provocada por acidente no trabalho ou doença profissional, tais como configurados nos parágrafos 1º., 2º., 3º. e 4º. do art. 128º., aplicar-se-á o disposto no presente artigo ao funcionário interino, salvo no caso de lhe ter sido assegurada a aposentadoria por outro órgão público.

**Art. 140º.** - O funcionário efetivo será aposentado a pedido:

I - com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo.

**Art. 141º.** - O funcionário aposentado compulsóriamente por implemento de idade terá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

**Art. 142º.** - Concorrendo as condições previstas para a aposentadoria a pedido, ao funcionário aposentado por invalidez ou compulsóriamente, serão aplicadas as disposições do art. 140º.

**Art. 143º.** - Os proventos de inatividade serão revistos sempre que houver alteração de vencimento, vantagens, bem como modificações na estrutura dos cargos efetivos do pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições.

Parágrafo Primeiro - Os reajustamentos de que trata sete artigos, resguardam, ex-offício, ao funcionário inativo a melhor, retribuição decorrente das hipóteses previstas no art. 140º., independentemente de opção manifestada no ato da aposentadoria.

**Art. 144º.** - Ressalvado o disposto neste Capítulo, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

**Art. 145º.** - A aposentadoria produzirá efeito a partir da publicação do respectivo decreto no órgão oficial.

## **CAPÍTULO IV DA DISPONIBILIDADE**

**Art. 146º.** - Disponibilidade é o afastamento do funcionário efetivo em virtude da extinção do cargo, ou da declaração de sua desnecessidade.

**Art. 147º.** - O funcionário ficará em disponibilidade remunerado.

I - Quando, disposto de estabilidade no serviço, houver sido extinto o cargo de que era titular;

II - Quando, tendo sido reintegrado, não for possível, na forma deste Estatuto, sua recondução no cargo de que era detentor.

Parágrafo Primeiro - O funcionário em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer, que não se destine a promoção por antigüidade, atendidas as condições de habilitação profissional e equivalência de vencimentos ou remuneração.

Parágrafo Segundo - Restabelecido o cargo, ainda que modificada a sua denominação, será obrigatoriamente aproveitado nele, se já não o tiver sido em outro, o funcionário posto em disponibilidade quando de sua extinção.

Parágrafo Terceiro - A disponibilidade no cargo efetivo não exclui a nomeação para em comissão, com direito a opção.

Parágrafo Quarto - Enquanto não vagar cargo nas condições previstas para o aproveitamento do funcionário em disponibilidade, nem se verificar a hipótese a que alude o parágrafo anterior, poderá o Chefe do Poder Executivo atribuí-lhe, em caráter temporário, funções compatíveis com o cargo que ocupava.

Parágrafo Quinto - O funcionário colocado em disponibilidade poderá ser aposentado, a pedido.

**Art. 148º.** - O período relativo à disponibilidade é considerado como de exercício somente para efeito de aposentadoria e gratificação adicional.

## **CAPÍTULO V DAS FÉRIAS**

**Art. 149º.** - O funcionário gozará trinta dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala para este fim organizada, pelo Chefe da Unidade administrativa a que estiver subordinado e comunicada ao órgão competente.

Parágrafo Primeiro - É vedado levar à conta das férias qualquer falta ao trabalho.

Parágrafo Segundo - Somente depois do primeiro ano de exercício, adquirirá o funcionário direito a férias.

Parágrafo Terceiro - As férias não poderão ser fracionadas, salvo nos casos em que as mesmas devam ser suspensas por justificada exigência do serviço.

**Art. 150º.** - O funcionário que, por imperiosa necessidade do serviço, deixar de gozar férias, a requerimento seu, será computado o respectivo período em dobro, para todos os efeitos legais.

Parágrafo Primeiro - A necessidade de serviço será definida pelo órgão competente de pessoal, dentro do ano civil do gozo das férias, mediante prévia exposição de motivos do chefe imediato.

Parágrafo Segundo - O funcionário que não desejar o benefício deste artigo, poderá gozar as férias em outra época, num limite de 02 (dois) a contar do primeiro dia do ano seguinte em que as férias normais forem deixadas de gozar.

**Art. 151º.** - Durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.

**Art. 152º.** - O chefe da repartição organizará, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acordo com as conveniências do serviço, avisados os funcionários interessados, sempre que possível, com antecedência mínima de dez dias.

Parágrafo Único - Os funcionários que exerçam função de chefia e direção não serão compreendidos na escala.

**Art. 153º.** - O funcionário promovido ou transferido, quando em gozo de férias, não será obrigado a interrompê-las.

**Art. 154º.** - Ao entrar em férias o funcionário comunicará ao chefe imediato o seu endereço eventual, sendo-lhe facultado gozá-las onde lhe aprouver.

**Art. 155º.** - À família do funcionário que falecer em gozo de férias, será pago o vencimento ou remuneração relativa a todo período sem prejuízo do disposto no art. 205.

**Art. 156º.** - Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível fixado em lei.

**Art. 157º.** - Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

**Art. 158º.** - Perderá o vencimento ou remuneração do cargo efetivo do funcionário:

I - Nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação legal;

II - Em exercício de mandato eletivo da União dos Estados e dos Municípios, ressalvados os casos de opção;

III- A disposição de outro Poder, ou de órgão público, de administração direta ou indireta, inclusive sociedade de economia mista da União, ou de qualquer outra unidade da Federação, ou designado para servir em qualquer desses órgãos ou entidades, salvo quando se tratar de requisição da Presidência da República ou, a juízo do Chefe do Poder Executivo, de interesse do Município.

IV- Em missão ou estudo, na forma do inciso IX do art. 128º., quando exceder o período de dois anos.

**Art. 159º.** - Ao funcionário nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa correspondente a vinte por cento do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

**Art. 160º.** - O funcionário perderá:

I - O vencimento ou remuneração do dia se não comparecer ao serviço, salvo motivo previsto em lei ou moléstia comprovada, de acordo com as disposições deste Estatuto;

II - Um terço do vencimento ou remuneração do dia, quando comparecer ao serviço com atraso máximo de uma hora, ou quando se retirar antes de findo o período de trabalho;

III- Um terço do vencimento ou remuneração, durante o afastamento por motivo de prisão preventiva, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional, condenação recorrível por crime inafiançável ou processo no qual não haja pronúncia, com direito à diferença, se absolvido;

IV- Dois terços do vencimento ou remuneração. durante o período de afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva, a pena que não resulte em demissão.

**Art. 161º.** - Nenhum servidor poderá perceber vencimento básico inferior ao salário mínimo em vigor no país.

**Art. 162º.** - O vencimento, a remuneração e proventos não sofrerão descontos além dos previsto em lei nem serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar de:

I - Pensão alimentícia determinada judicialmente;

II - Reposição ou indenização devida à Fazenda Municipal.

**Art. 163º.** - As reposições e indenizações à Fazenda Municipal serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes da quinta parte do vencimento ou remuneração.

Parágrafo Primeiro - Nos casos de comprovado má-fé, a reposição deve ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Segundo - Quando o servidor for exonerado, dispensado ou demitido, a quantia devida será inscrita na Dívida Ativa.

**Art. 164º.** - Podem ser justificadas pelo chefe da repartição, mediante apresentação de atestado médico particular, as faltas correspondentes até três dias por mês.

Parágrafo Único - Não se considera justificado número maior de faltas, embora em seqüência que abranja dois meses consecutivos.

## CAPÍTULO VII

## DA CONSIGNAÇÃO

**Art. 165º.** - É permitida a consignação em folha de vencimento, remuneração ou proventos, a entidades beneficentes ou de direito público, podendo servir a garantia de:

- I - Caução para o exercício do próprio cargo ou função;
- II - Juros e amortização de empréstimos ou financiamentos imobiliários;
- III - Pagamento de contribuições e despesas financeiras ou afiançadas por entidades associativas e beneficentes ou de previdência social.

**Art. 166º.** - Além da consideração em folha, para fins de artigo anterior, poderão ser admitidos os seguintes descontos:

- I - Quantias devidas ou contribuições fixadas em lei a favor da Fazenda Estadual ou Nacional;
- II - Contribuições para montepio, ou pensão desde que de instituições oficiais;
- III - Prêmio de seguro de vida;
- IV - Pensão alimentícia, em cumprimento de decisão judicial;
- V - Aluguel para residência do consignante e sua família, comprovado com o contrato de locação.

**Art. 167º.** - Nenhum desconto deverá ser efetuado em folha, sem prévia averbação na ficha financeira individual.

Parágrafo Único - O pagamento ao consignatário será realizado no decorrer do mês subsequente ao do desconto.

**Art. 168º.** - A soma das condições não deverá exceder a quarenta por cento do vencimento, remuneração ou provento.

Parágrafo Único - Este limite poderá ser elevado até setenta por cento, para prestação alimentícia educação, aluguel de casa ou aquisição de imóvel destinado a moradia própria e despesas hospitalares.

## CAPÍTULO VIII DAS VANTAGENS SEÇÃO I Disposições Preliminares

**Art. 169º.** - Além do vencimento ou remuneração, poderá o funcionário perceber as seguintes vantagens percutários:

- I - Adicionais;
- II - Gratificações;
- III - Ajuda de custo;
- IV - Ressarcimento;
- V - Salário-família;
- VI - Auxílio para diferença de caixa;

VII- Auxílio doença.

## **SEÇÃO II**

### **Dos Adicionais**

**Art. 170º.** - O funcionário efetivo terá acréscimo aos vencimentos, de cinco anos de exercício, cinco por cento até completar vinte e cinco por cento por serviço público efetivo prestado ao Município de Foz do Jordão.

Parágrafo Único - A incorporação do acréscimo será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria e disponibilidade, e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos do cargo efetivo, somados ao anteriormente deferido.

**Art. 171º.** - Ao completar trinta anos de exercício o, funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos de cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Parágrafo Primeiro - A incorporação desses acréscimos será também imediata, inclusive para efeito de aposentadoria a disponibilidade e computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

Parágrafo Segundo - No cálculo, para efeito de pagamento do adicional referido neste artigo, será respeitada sempre a soma do vencimento acrescido do anteriormente deferido.

## **SEÇÃO III**

### **Das Gratificações**

**Art. 172º.** - Conceder-se-á gratificação:

- I - De função;
- II - Pela prestação de serviço extraordinário;
- III - Pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva;
- IV - Pela representação de gabinete;
- V - Pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida;
- VI - Pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico;
- VII - Para participação em órgão de deliberação coletiva;
- VIII- Pelo exercício de encargos especiais;
- IX - Pelo exercício:

a) de encargo de auxiliar ou membro de banca ou comissão examinadora de concurso ou de prova de habitação;

b) de encargo de auxiliar ou professor de curso regularmente instituído.

X - Pelo exercício em determinadas zonas ou locais;

XI - De insalubridade ou periculosidade.

Parágrafo Unico - As vantagens pecuniárias atribuídas ao funcionário não sofrerão descontos, além dos previstos em lei.

**Art. 173º.** - Observadas as disposições desta Seção, a atribuição das gratificações previstas no art. 172º. reger-se-á por regulamentação própria.

**Art. 174º.** - A gratificação de função é a que corresponde ao exercício de função gratificada existente nos quadros de pessoal do Município.

**Art. 175º.** - A gratificação pela prestação de serviço extraordinário se destina a remunerar os serviços prestados fora do período normal de trabalho a que estiver sujeito o funcionário, no desempenho das atribuições do seu cargo.

**Art. 176º.** - A gratificação pela prestação de serviço extraordinário deverá ser:

I - Previamente arbitrada pelo Chefe da repartição;

II - Paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado.

Parágrafo Primeiro - A gratificação a que se refere este artigo não poderá exceder a cinquenta por cento do vencimento mensal do funcionário, acrescido dos adicionais que estiver percebendo.

Parágrafo Segundo - No caso de Inciso II, a gratificação será paga por hora de trabalho antecipado ou prorrogado, na mesma razão percebida pelo funcionário, em cada hora de período normal, salvo quando a prorrogação ou antecipação for apenas de uma hora e tiver ocorrido somente duas vezes no mês, caso em que não será ela remunerada.

**Art. 177º.** - Pelo exercício do cargo em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conceder-se-á ao funcionário gratificação especial que será fixada entre os limites de zero à cem por cento dos vencimentos que perceber, tendo em vista a essencialidade, complexidade de determinadas funções ou atribuições, bem como as condições e natureza do trabalho das unidades administrativas correspondentes.

**Art. 178º.** - A gratificação mencionada no inciso VIII, do art. 172º., se destina aos quais forem atribuídos encargos de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo e outros definidos em lei ou regulamento.

**Art. 179º.** - A gratificação pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico, será arbitrada sempre após sua conclusão, pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 180º.** - A designação de funcionário para serviços ou estudos fora do estado, só poderá ser feita pelo Chefe do Poder Executivo, que arbitrará, levando em conta seu vencimento, a natureza e duração certa ou presumível do trabalho, e as condições locais, salvo se lei ou regulamento dispuser a respeito.

**Art. 181º.** - As gratificações que tratam os incisos I, II, III, IV e V do artigo 172º., serão mantidas nos casos de afastamento previstos nos itens I, II, II, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVII, XVIII do art. 128, sendo que nos casos de gratificação pela prestação de

serviço extraordinário, ou em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o cálculo para a concessão será no valor correspondente a um doze avos do percebido nos últimos doze meses de efetivo exercício.

**Art. 182º.** - As gratificações previstas pelos incisos I, III e IV, do art. 172º, serão automaticamente canceladas nos afastamentos que perdurarem por mais de 90 dias.

## **SEÇÃO IV**

### **De Ajuda de Custo - (Diárias)**

**Art. 183º.** - A ajuda de custo - DIÁRIA - é a compensação de despesas de viagem, concedida ao funcionário que em virtude de despesas provenientes de locomoção a serviço fora do Município.

**Art. 184º.** - A ajuda de custo será arbitrada através de Lei específica de DIÁRIAS, levando-se em consideração as despesas provenientes de hotel, taxi e refeições, devendo ser discriminada em função do Cargo - exemplo: Secretário Municipal; Assessores; Diretores; Servidores de nível superior e Chefes de Seção; servidores das áreas administrativas das Secretarias e servidores motoristas de todas as Secretarias.

**Art. 185º.** - O funcionário será obrigado a repor a importância correspondente a(s) diárias recebidas conforme o discriminado no Art. 186.

**Art. 186º.** - Não se concederá Ajuda de Custo - Diária:

I - Ao funcionário posto à disposição de entidade de direito público;

II - Ao funcionário que não prestar contas no prazo de cinco dias úteis, através de formulários próprio fornecido pela Secretaria de Administração de Diárias recebidas anteriormente;

**Art 187º.** - O funcionário restituirá a ajuda de custo:

I - Quando não se transportar para o local da missão;

II - Quando, antes de terminada a incumbência, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço;

III- A restituição e da exclusiva responsabilidade pessoal e deverá ser feita até o quinto dia útil ao regresso da viagem a serviço;

**Art. 188º.** - A Ajuda de Custo - Diária, poderá ser paga ao funcionário mediante adiantamento, através de pedido com antecedência mínima de 24 horas à Secretaria de Finanças, a qual empenhará a despesa de conformidade com a lotação do funcionário:

**Art. 189º.** - Os ressarcimentos serão arbitrados e concedidos dentro dos limites de crédito orçamentais e de acordo com a regulamentação competente.

## **SEÇÃO VI**

### **Do Salário-Família**

**Art. 190º.** - O salário-família é o auxílio pecuniário especial, concedido pelo Município, ao funcionário ativo, inativo ou em disponibilidade, como contribuição ao custeio das despesas de manutenção de sua família.

Parágrafo Único - A cada dependente relacionado no artigo seguinte, corresponderá uma cota de salário-família.

**Art. 191º.** - Conceder-se-á salário-família, ao funcionário pelos dependentes:

I - Filhos menores de 14 anos;

II - Filho inválido para exercer qualquer atividade remunerada;

Parágrafo Único - Compreende-se neste artigo o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo, o legitimado e o que, mediante autorização judicial, viva sob a guarda e sustento do funcionário.

**Art. 192º.** - Quando o pai e a mãe forem funcionários do Município e viverem em comum, o salário família será concedido à mãe, se não viverem em comum, ao que tiver os dependentes sob sua guarda; e, ambos os tiverem, de acordo com a distribuição de dependentes.

**Art. 193º.** - Equiparam-se ao pai e à mãe os representantes legais dos incapazes e as pessoas a cuja guarda e manutenção estiverem confiados, por autorização judicial, os beneficiários.

**Art. 194º.** - O salário-família não está sujeito a qualquer imposto ou taxa, nem servirá de base para qualquer contribuição ainda que de finalidade assistência.

**Art. 195º.** - A habilitação para a concessão do salário-família obedecerá a regulamentação própria.

## **SEÇÃO VII**

### **Do Auxílio para Diferença de Caixa**

**Art. 196º.** - Ao funcionário que, no desempenho de suas atribuições, lidar com numerário do Município, será concedido um auxílio financeiro mensal correspondente a cinco por cento do valor do símbolo ou nível de vencimento, para compensar diferença de caixa.

Parágrafo Único - O auxílio só será concedido dentro dos limites da dotação orçamentaria e na forma da regulamentação própria.

## **SEÇÃO VIII**

### **Do Auxílio-Doença**

**Art. 197°.** - Após cada período de vinte quatro meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, o funcionário terá direito a um mês de vencimento, a título de auxílio-doença, a ser recebido através do FUNPREV.

Parágrafo Único - Quando se tratar de licença concedida por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional assim, conceituados nos parágrafos 1º., 2º., 3º. e 4º. do art. 128º., o funcionário fará jus ao auxílio-doença de que trata este artigo, após cada período de doze meses consecutivos de licença.

**Art. 198°.** - O auxílio-doença será pago em folha, a requerimento do interessado.

**Art. 199°.** - Ocorrendo o falecimento do funcionário o auxílio-doença a que fez jus até a data do falecimento, será pago de acordo com as normas que forem estabelecidas em decreto.

## **CAPÍTULO IX DO AUXÍLIO FUNERAL**

**Art. 200°.** - Ao cônjuge, ou na falta deste, à pessoa que provar ter feito despesas em virtude do falecimento do funcionário, será concedido, a título de funeral, a importância correspondente a um mês de remuneração, pago através do FUNPREV.

Parágrafo Primeiro - O pagamento será efetuado à vista da apresentação do atestado de óbito pelo cônjuge ou pessoa a cujas expensas houver sido efetuado o funeral, ou procurador legalmente habilitado.

## **CAPÍTULO X DAS LICENÇAS SEÇÃO I Disposições Preliminares**

**Art. 201°.** - Conceder-se-á licença ao funcionário efetivo ou em comissão:

- I - Para tratamento de saúde;
- II - Quando acometido de doença das especificadas no art. 232°.;
- III - Quando acidentado no exercício de suas atribuições;
- IV - Para repouso à gestante;
- V - Por motivo de doença em pessoa da família;
- VI - Quando convocado para serviço militar;
- VII - Para o trato de interesses particulares;

VIII - À funcionária casada, por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar ou servidor de autarquia, empresa pública, de sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público;

IX - Em caráter especial;

X - Para concorrer a cargo eletivo;

XI - Para frequência a curso de aperfeiçoamento ou especialização.

**Art. 202º.** - O funcionário interino poderá gozar de licenças previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo anterior.

**Art. 203º.** - Somente o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara são competentes para conceder as licenças de seus respectivos funcionários.

**Art. 204º.** - A licença dependente de inspeção médica é concedida pelo prazo indicado no respectivo laudo ou atestado.

Parágrafo Único - Findo o prazo, o funcionário poderá submeter-se a nova inspeção e o laudo médico concluirá pela sua volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela aposentadoria, ou pela readaptação na forma do artigo seguinte.

**Art. 205º.** - Verificando-se, como resultado da inspeção médica feita pelo órgão competente, redução da capacidade física do funcionário ou estado de saúde que impossibilite ou desaconselhe o exercício das funções inerentes a seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria nem de licença para tratamento de saúde, poderá o funcionário ser readaptado em funções diferentes das que lhe cabem, na forma do disposto nos arts. 119º., 120º., 121º. e 122º., sem que essa readaptação lhe acarrete qualquer prejuízo.

**Art. 206º.** - O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como de licença.

**Art. 207º.** - Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o caso do Parágrafo Primeiro do art. 208º.

**Art. 208º.** - A licença para tratamento de saúde pode ser prorrogada a pedido ou ex-offício.

Parágrafo Primeiro - O pedido deve ser apresentado antes de findo o prazo da licença, se indeferido, conta-se como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

Parágrafo Segundo - Quando o pedido de prorrogação for apresentado depois de findo o prazo da licença, não se conta como de licença o período compreendido entre o dia de seu término e o do conhecimento oficial do despacho.

**Art. 209º.** - O funcionário não pode permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses, ressalvados os casos previstos no art. 216º., e nos incisos VI e VIII, do art. 201º.

**Art. 210º.** - Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o funcionário é submetido à inspeção médica e aposentado, se for considerado definitivamente inválido para o serviço público.

**Art. 211º.** - O funcionário que se encontrar fora do Estado deve, para fins de prorrogação ou concessão de licença, dirigir-se à autoridade competente a que esteja diretamente subordinado, juntando o laudo médico do serviço oficial do lugar onde se encontrar, indicando ainda sua residência.

**Art. 212º.** - A licença a que se refere o art. 201º., no inciso X, é concedida na forma estabelecida pela legislação eleitoral.

**Art. 213º.** - O funcionário em gozo de licença comunicará ao seu chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.

## **SEÇÃO II**

### **Da Licença para Tratamento de Saúde**

**Art. 214º.** - A licença para tratamento de saúde é concedida ex-offício ou a pedido do funcionário ou de seu representante, quando não possa ele fazê-lo.

Parágrafo Primeiro - Em ambos os casos, é indispensável a inspeção médica, que será realizada no órgão próprio e, quando necessário, no local onde se encontrar o funcionário.

Parágrafo Segundo - Para a licença até noventa dias, a inspeção deve ser feita por médico oficial, admitindo-se, quando assim não seja possível, atestado passado por médico particular, com firma reconhecida.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese do parágrafo anterior, o laudo só produzirá efeito depois de homologado pelo órgão médico municipal competente.

Parágrafo Quarto - Quando não for homologado o laudo, o servidor será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerado como faltas ao trabalho, nos termos do inciso I, do art. 160º., os dias em que deixou de comparecer ao serviço, por haver alegado doença.

**Art. 215º.** - Verificando-se, em qualquer tempo, ter sido gracioso o atestado médico ou o laudo da Junta Médica, a autoridade competente promoverá a punição dos responsáveis, incorrendo o funcionário a quem aproveitar a fraude na pena de suspensão e, na reincidência, na de demissão, sem prejuízo da ação penal que couber.

**Art. 216º.** - O funcionário não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, a critério da Junta Médica, esse prazo poderá ser prorrogado.

Parágrafo Único - Expirado o prazo do presente artigo, o funcionário será submetido a nova inspeção e aposentado se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado.

**Art. 217º.** - Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a Junta Médica, se considerar o doente irrecuperável, determinar, como resultado da inspeção, a imediata aposentadoria.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata este artigo, a inspeção será feita por uma Junta de pelo menos três médicos.

**Art. 218º.** - No processamento das licenças para tratamentos de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

**Art. 219º.** - No curso de licença para tratamento de saúde, o funcionário abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento ou remuneração, até que reassuma o cargo.

Parágrafo Único - Os dias correspondentes à perda de vencimentos ou remuneração de que trata este artigo serão consideradas como de licença sem vencimento, na forma do inciso VII do art. 201º.

**Art. 220º.** - Licenciado para tratamento de saúde, acidente no exercício de suas atribuições ou doença profissional, o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.

**Art. 221º.** - O funcionário acidentado no exercício de suas atribuições, ou acometidos de doença profissional, tem direito, ex-offício ou a requerimento, a licença para o respectivo tratamento.

Parágrafo Primeiro - Entende-se por doença profissional a que se deva atribuir, como relação de causa e efeito, às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

Parágrafo Segundo - Acidente é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

Parágrafo Terceiro - Considera-se também acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício de suas atribuições ou em razão delas.

Parágrafo Quarto - A comprovação do acidente, indispensável para a concessão de licença, deve ser feita em processo regular, no prazo de oito dias, prorrogáveis por igual prazo.

**Art. 222º.** - O funcionário não poderá recusar a inspeção médica, sob pena de suspensão de pagamento de vencimento ou remuneração, até que se realize a inspeção.

**Art. 223º.** - Considerado apto, em inspeção médica, o funcionário reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

**Art. 224º.** - No curso da licença, poderá o funcionário requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito à aposentadoria.

### **SEÇÃO III**

#### **Da Licença Compulsória**

**Art. 225º.** - O funcionário atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, incompatíveis com o trabalho, e outras moléstias que a lei indicar nas bases da medicina especializada, conforme apurado em inspeção médica será compulsoriamente licenciado

com direito à percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.

**Art. 226º.** - Há também licença compulsória por interdição declarada pela autoridade sanitária competente, por motivo de doença de pessoa co-habitante da residência do funcionário.

**Art. 227º.** - Para verificação das moléstias indicadas no artigo anterior, a inspeção médica é feita obrigatoriamente por Junta Oficial de três membros, podendo o funcionário pedir outra junta e novos exames de laboratório, caso não se conforme com o laudo.

**Art. 228º.** - A licença é convertida em aposentadoria, antes do prazo estabelecido, quando assim opinar a Junta Médica, por considerar definitiva, para o serviço público em geral, a invalidez do funcionário.

**Art. 229º.** - À funcionária gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por 120(cento e vinte)dias, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.

Parágrafo Primeiro - Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do início do oitavo mês de gestação.

Parágrafo Segundo - A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, terá direito a ser aproveitada em função compatível com seu estado, a contar do quinto mês de gestação, sem prejuízo do direito à licença de que trata este artigo.

## **SEÇÃO V**

### **Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**

**Art. 230º.** - O funcionário pode obter licença, por motivo de doença na pessoa ascendente, descendente e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau civil, e do cônjuge, do qual não esteja legalmente separado, desde que prove:

I - ser indispensável a sua assistência pessoal, incompatível com o exercício do cargo;

II - viver às suas expensas a pessoa enferma.

Parágrafo Primeiro - Nos casos de doença de pai, mãe, filho ou cônjuge, na qual esteja legalmente separado, será dispensada a prova do inciso II.

Parágrafo Segundo - Prova-se a doença mediante a inspeção médica.

Parágrafo Terceiro - A licença de que trata este artigo é concedida com vencimento ou remuneração até seis meses, daí em diante, com os seguintes descontos:

I - de um terço quando exceder de seis meses, até doze meses;

II - de dois terços, quando exceder de doze meses até dezoito meses;

III - sem vencimento, do décimo nono mês até o vigésimo quarto mês, limite da licença.

## **SEÇÃO VI**

### **Da Licença para Serviço Militar Obrigatório**

**Art. 231º.** - Ao funcionário que for convocado para o serviço militar ou aos outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com vencimentos ou remuneração, descontada mensalmente a importância que receber na qualidade de incorporado; salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

Parágrafo Primeiro - A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

Parágrafo Segundo - Ao funcionário desincorporado conceder-se-á prazo não excedente de trinta dias, para que reassuma o exercício, sem perda de vencimento ou remuneração e, se a ausência exceder esse prazo, será decretada a demissão por abandono de cargo, na forma da lei.

**Art. 232º.** - Ao funcionário oficial da reserva das Forças Armadas será concedida licença, com vencimento ou remuneração integral, durante os estágios não remunerados previstos pelos regulamentos militares.

Parágrafo Único - No caso de estágio remunerado, assegurar-se-á direito de opção.

## **SEÇÃO VII**

### **Da Licença para o Trato de Interesses Particulares**

**Art. 233º.** - Depois de estável, o funcionário poderá obter licença, sem vencimento, para o trato de interesses particulares.

Parágrafo Primeiro - O funcionário aguardará em exercício a concessão da licença.

Parágrafo Segundo - A licença não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos e, só poderá ser concedida nova, depois de decorridos dois anos do término da anterior.

**Art. 234º.** - Não será concedida licença para trato de interesses particulares quando inconveniente para o serviço, nem funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício.

**Art. 235º.** - O funcionário poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para o trato de interesses particulares.

**Art. 236º.** - Em caso de comprovado interesse público, a licença de que esta Seção poderá ser cassada pela autoridade competente, devendo o funcionário ser expressamente notificado do fato.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata este artigo, o funcionário deverá apresentar-se ao serviço no prazo de trinta dias, a partir da notificação, findos os quais, a sua ausência será computada como falta ao trabalho.

**Art. 237º.** - Ao funcionário interino ou em comissão não se concederá nessa qualidade, licença para trato de interesses particulares.

Parágrafo Único - Não se concederá, igualmente, licença para o trato de interesses particulares, ao funcionário que, a qualquer título, esteja ainda obrigado a indenização ou devolução aos cofres públicos.

## SEÇÃO VIII

### Da Licença à Funcionária Casada com Servidor

**Art. 238º.** - A funcionária casada com servidor público, civil ou militar, terá direito à licença sem vencimento, quando o marido for mandado servir, independentemente de solicitação em outro ponto do Estado, do Território Nacional ou no Exterior.

Parágrafo Único - a licença é concedida mediante pedido devidamente instruído, que deverá ser renovado de dois em dois anos.

**Art. 239º.** - Independentemente do regresso do marido, a funcionária poderá reassumir o exercício a qualquer tempo.

**Art. 240º.** - Ao funcionário estável que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à licença especial de seis meses, por decênio, com vencimento ou remuneração e demais vantagens.

Parágrafo Único - Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

**Art. 241º.** - O funcionário que não quiser gozar do benefício da licença especial, ficará para todos os efeitos legais, com o seu acervo de serviço público acrescido do dobro do tempo da licença que deixar de usufruir.

**Art. 242º.** - Para os fins previstos no art. 240º., não são considerados como afastamento do exercício:

- I - férias;
- II - casamento, até oito dias;
- III - luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe, irmão, até oito dias;
- IV - convocação para o serviço militar;
- V - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI - licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis meses por quinquênio;
- VII - licença para o tratamento de interesses particulares, desde que não ultrapasse de três meses durante um quinquênio;
- VIII - licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;

IX - licença à funcionária gestante;  
X - licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;  
XI - moléstia devidamente comprovada, até três dias por mês;  
XII - missão de estudo no país, no exterior, quando designado ou autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;  
XIII - Exercício de outro cargo estadual, de provimento em comissão;  
Parágrafo Único - Não se inclui no prazo de licença especial o período de férias regulamentares.

**Art. 243º.** - Não podem gozar de licença especial, simultaneamente, o funcionário e seu substituto legal. Neste caso, tem preferência para o gozo da licença quem requerer em primeiro lugar, ou quando requerido ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

Parágrafo Único - Na mesma repartição não poderão gozar licença especial, simultaneamente, funcionários em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação; quando o número de funcionários for inferior a seis, somente um deles poderá entrar no gozo da licença. Em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista neste artigo.

## **SEÇÃO X**

### **Da Licença para Freqüência a Curso de Aperfeiçoamento ou Especialização**

**Art. 244º.** - Será concedida licença ao funcionário matriculado em curso de aperfeiçoamento ou especialização a realizar-se fora da cidade onde o servidor exceder suas funções.

Parágrafo Primeiro - O aperfeiçoamento ou a especialização deverão visar o melhor aproveitamento do funcionário no serviço público.

Parágrafo Segundo - No caso de acumulação de cargos e visando o curso melhor aproveitamento do servidor à apenas um deles, o outro órgão concederá a licença com exclusão do benefício de que trata o art. 182º.

Parágrafo Terceiro - Realizando-se o curso na mesma localidade da lotação do servidor, ou em outra de fácil acesso, em lugar de licença será concedida simples dispensa do expediente pelo tempo necessário à freqüência regular do curso.

## **CAPÍTULO XI DO FUNCIONÁRIO ESTUDANTE**

**Art. 245º.** - Ao funcionário, matriculado em estabelecimento de ensino, será concedido, sempre que possível, por ato expresso do Secretário de Administração, horário especial de trabalho, que possibilite frequência regular às aulas, mediante comprovação por parte do interessado, do horário das aulas, para efeito de reposição obrigatória.

## **CAPÍTULO XII DO TREINAMENTO**

**Art. 246º.** - O Município manterá, através do órgão competente, cursos de treinamento para os servidores do Poder Executivo.

**Art. 247º.** - Constituem-se, dentre outros, objetivos dos cursos de treinamento:

I - Fornecer ao servidor elementos gerais de instrução;

II- Ministrar técnicas específicas de administração, particularmente nos setores de planejamento administrativo, lançamento e arrecadação de tributo; elaboração e execução de orçamentos; administração de pessoal; administração de material; organização e métodos; relações públicas e problemas de chefia.

III- Ministrar aulas de preparação para concursos.

## **TÍTULO VI DA ASSISTÊNCIA E DA PREVIDÊNCIA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 248º.** - O Município prestará assistência ao funcionário e à sua família de conformidade com o disposto nas Leis que tratam sobre o FUNPREV.

**Art. 249º.** - A assistência, sob qualquer forma, será prestada por intermédio do FUNPREV.

**Art. 250º.** - A pensão aos beneficiários do funcionário falecido é atendida pela FUNPREV.

## **TÍTULO VII CAPÍTULO ÚNICO DO DIREITO DA PETIÇÃO**

**Art. 251º.** - É assegurado ao funcionário:

I - O direito de requerer ou representar;

II - O direito de pedir reconsideração, de ato ou decisão proferida em primeiro despacho conclusivo.

**Art. 252º.** - Para exercício dos direitos assegurados no artigo anterior, observar-se-á:

I - O requerimento ou representação é dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhar por intermédio daquela a que esteja imediatamente subordinado o requerente.

II - O pedido de reconsideração é dirigido à autoridade que haja expedido o ato ou proferido a primeira decisão e não pode ser renovado.

Parágrafo Primeiro - A decisão final do requerimento ou apresentação deve ser dada no prazo máximo de sessenta dias, e o pedido de reconsideração no de trinta dias, ambos os prazos contados da data do recebimento das petições na repartição em que tenha sede a autoridade competente para a decisão.

Parágrafo Segundo - Proferida a decisão, é ela imediatamente publicada no órgão oficial, sob pena de responsabilidade do servidor com o encargo da publicação.

**Art. 253º.** - Cabe recursos:

I - Do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - Das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos;

Parágrafo Primeiro - O recurso é dirigido à autoridade imediatamente superior à que tenha expedido o ato ou tenha proferido a decisão, observados o prazo e considerações estabelecidas para a decisão final de requerimento ou representação, constantes dos Parágrafos 1º e 2º, do artigo anterior.

Parágrafo Segundo - O encaminhamento do recurso é sempre feito por intermédio de autoridade a que esteja imediatamente subordinado o requerente.

**Art. 254º.** - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo; o que for provido retroagirá, nos seus efeitos, à data do ato impugnado.

**Art. 255º.** - O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I - Em cinco anos, quando aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade;

II - Em cento e vinte dias, nos demais casos.

**Art. 256º.** - Os prazos de prescrição contar-se-ão da data da publicação, no órgão oficial, do ato impugnado ou, quando este for de natureza reservada, da data da ciência do interessado, a qual deverá constar do processo respectivo.

**Art. 257º.** - O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição até duas vezes, recomenda-se a contagem do prazo a partir da data da publicação oficial do despacho denegatório ou restritivo do pedido.

**Art. 258º.** - São improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo.

**Art. 259º.** - A instância administrativa poderá ser renovada;

I - Quando se tratar de ato manifestamente ilegal;

II - Quando o ato impugnado tenha tido como pressuposto depoimento ou documento cuja falsidade venha a ser comprovada;

III- Se, após a expedição do ato, surgir elemento novo de prova, que autorize a revisão do processo.

**Art. 260º.** - As certidões sobre matéria de pessoal serão fornecidas pelo órgão competente, de acordo com elementos e registros existentes, obedecidas as normas constitucionais.

**Art. 261º.** - Ao funcionário interessado ou seu representante legal será dada vista do processo administrativo, quando autorizado pela autoridade competente.

## **TÍTULO VIII**

### **DO REGIME DISCIPLINAR**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA ACUMULAÇÃO**

**Art. 262º.** - É vedada a acumulação remunerada, exceto:

I - a de um cargo de Juiz e um de professor;

II - a de dois cargos de professor;

III- a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

IV- a de dois cargos privativos de médicos.

Parágrafo Primeiro - Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matéria e compatibilidade de horário.

Parágrafo Segundo - A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos e, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Parágrafo Terceiro - A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quando no exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

**Art. 263º.** - Verificada, em processo administrativo, a acumulação proibida, e provada boa-fé, o funcionário será obrigado a optar por um dos cargos.

Parágrafo Único - Provada má-fé, o funcionário perde todos os cargos e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

**Art. 264º.** - As acumulações serão objeto de estudo e parecer individuais por parte do órgão, para esse fim criado.

**Art. 265º.** - É vedado o exercício gratuito de função ou cargo remunerado.

**Art. 266º.** - O funcionário não pode exercer, simultaneamente, mais de uma função gratificada, bem como receber cumulativamente, vantagens pecuniárias da mesma natureza, salvo as exceções estabelecidas em Lei.

**Art. 267º.** - Não se compreendem na proibição de acumular, nem estão sujeitas a quaisquer limites, a percepção:

I - conjunta, de pensões civis ou militares;

II - de pensões com vencimento, remuneração ou salário;

III- de pensões com proventos de disponibilidade, aposentadoria ou reforma;

IV - de proventos resultantes de cargos legalmente acumuláveis;

V - de proventos com vencimento ou remuneração, nos casos de acumulação legal.

**Art. 268º.** - O funcionário efetivo, em comissão, aposentado ou em disponibilidade, quando designado para apenas um órgão legal de deliberação coletiva, poderá perceber a gratificação respectiva, além do vencimento ou provento da inatividade.

## **CAPÍTULO II DOS DEVERES**

**Art. 269º.** - São deveres do funcionário:

- I - assiduidade;
- II - pontualidade;
- III - urbanidade;
- IV - descrição;
- V - lealdade e respeito às instituições e administrativas a que servir;
- VI - observância das normas legais e regulamentares;
- VII - obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- VIII - levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função;
- IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
- X - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;
- XI - atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões para defesa de direito;
- XII - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função;
- XIII - apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;
- XIV - proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública;
- XV - submeter-se a inspeção médica que for determinada pela autoridade competente;
- XVI - freqüentar cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento ou especialização;
- XVII - comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado, executando os serviços que lhe competirem.

## **CAPÍTULO III**

## **DO APERFEIÇOAMENTO E DA ESPECIALIZAÇÃO**

**Art. 270º.** - É dever do funcionário diligenciar para o seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural.

**Art. 271º.** - O funcionário tem por dever freqüentar, salvo motivos relevantes que o impeçam, cursos de treinamento funcional, especialização ou aperfeiçoamento profissional, para o qual seja expressamente designado ou convocado.

**Art. 272º.** - Para que o funcionário possa ampliar sua capacidade profissional, o Município promovera cursos de aperfeiçoamento, conferências, congressos, publicações de trabalhos referentes ao serviço e viagens de estudo dentro de suas disponibilidades financeiras e orçamentárias.

**Art. 273º.** - O Município manterá em caráter permanente, no orçamento de cada exercício, dotação suficiente destinada a garantir a consecução dos objetivos dispostos neste Capítulo.

**Art. 274º.** - Os diplomas, certificados de aproveitamento, atestados de freqüência, fornecidos pelo órgão responsável pela administração de cursos e bolsa-de-estudos, influem como títulos nos concursos em geral e nas promoções e acessos de classe em que esteja interessado o seu portador.

Parágrafo Único - O regulamento caracterizará a valorização de cada espécie de títulos, apresando mais os obtidos mediante a prestação de provas de conhecimentos e considerando, inclusive, o conceito das instituições expedidores do título.

## **CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 275º.** - Ao funcionário é proibido:

I - exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei;

II - referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridade e atos da administração pública municipal, federal ou estadual, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

III - retirar, modificar, ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento do órgão municipal com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos;

IV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função;

V - promover manifestação de apreço ou despreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos, no recinto do serviço;

VI - coagir ou aliciar subordinados com o objetivo de natureza partidária;

VII - enquanto na atividade, participar de diretoria, gerência, administração, Conselho Técnico ou Administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial:

a) contratante ou concessionária de serviço público municipal;

b) fornecedora de equipamentos ou material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão municipal;

VIII - praticar a usura em qualquer de suas formas;

IX - pleitear, como procurador ou intermediário, junto aos órgãos municipais salvo quando se tratar de percepção de vencimento, remuneração, provento ou vantagens de parente, consanguíneo ou afim, até segundo grau;

X - receber propinas, comissões, presente e vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função;

XI - revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência, em razão do cargo ou função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo;

XII - cometer a pessoa estranha ao serviço do município salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XIII - censurar pela imprensa ou por qualquer outro órgão de divulgação pública as autoridades constituídas, podendo, porém, fazê-lo em trabalhos assinados, apreciando atos dessas autoridades sob o ponto de vista doutrinário, com ânimo construtivo;

XIV - entreter-se nos locais e horas de trabalho, em palestras, leituras e outras atividades estranhas ao serviço;

XV - deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada;

XVI- atender pessoas estranhas ao serviço, no local do trabalho, para o trato de assuntos particulares;

XVII- empregar materiais e bens do município, em serviço particular, ou, sem autorização superior, retirar objetos de órgãos municipais;

XVIII- aceitar representações de Empresas;

XIX - iniciar greves e aderir a elas;

XX - exercer comércio entre os colegas de trabalho;

XXI - valer-se de sua qualidade de funcionário para melhor desempenhar atividade estranha às suas funções ou para lograr qualquer proveito, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa.

Parágrafo Único - não está compreendido no item VII, deste artigo, a participação do funcionário em Cooperativas e Associações de classe, na qualidade de dirigente ou associado.

## **CAPÍTULO V**

### **DA RESPONSABILIDADE**

**Art. 276º.** - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde civil, penal, e administrativamente.

**Art. 277º.** - A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo da Fazenda Municipal ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro - a indenização de prejuízo à Fazenda Municipal no que exceder os limites da fiança, poderá ser liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes da quinta parte do vencimento ou remuneração, à falta de outros bens que correspondem pela indenização.

Parágrafo Segundo - Tratando-se dano causado a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

**Art. 278º.** - A responsabilidade penal abrange a crimes e contrações imputadas ao funcionário nessa qualidade.

**Art. 279º.** - A responsabilidade administrativa resulta de atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função.

**Art. 280º.** - As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo uma e outra independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

## **CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES**

**Art. 281º.** - São penas disciplinares:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - multa;

V - destituição de função;

VI - demissão;

VII- cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

**Art. 282º.** - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público e os antecedentes funcionais do servidor.

**Art. 283º.** - São cabíveis penas disciplinares;

I - a de advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;

II - a de repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidências em falta que tenha resultado na pena de advertência;

III- a de suspensão, que não excederá de noventa dias, aplicada no caso de falta grave, da infração às proibições, e de reincidência em falta que tenha resultado em pena de repreensão;

IV- a de destituição de função, aplicada em caso de falta de exação no cumprimento do dever, de benevolência ou negligência contributiva para falta de apuração, no devido tempo de infração perpetrada por outrem.

V - a de demissão, aplicada nos casos de:

- a) crime contra a administração pública;
- b) abandono de cargo;
- c) incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguez habitual;
- d) ofensa física em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa;
- e) insubordinação grave em serviço;
- f) aplicação irregular dos dinheiros públicos;
- g) revelação de segredo que se conheça em razão do cargo ou função;
- h) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Município;
- i) corrupção passiva, nos termos da Lei Penal;
- j) transgressão a qualquer das proibições previstas, quando de natureza grave e se comprovada má-fé;
- k) e nos demais casos expressos neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem causa, por trinta dias consecutivos.

Parágrafo Segundo - Será ainda demitido o funcionário que durante o período de doze meses, faltar ao serviço sessenta dias interpoladamente, sem causa justificada.

Parágrafo Terceiro - Entender-se-á por ausência ao serviço, com justa causa, não somente aquela autorizada na forma da legislação vigente, como a que assim for considerada após a devida comprovação em inquérito administrativo, caso em que as faltas serão justificadas apenas para fins disciplinares.

Parágrafo Quarto - O funcionário suspenso perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

Parágrafo Quinto - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, obrigado, neste caso o funcionário a permanecer no serviço.

**Art. 284º.** - O ato de demissão mencionará sempre o dispositivo legal em que se enquadre.

**Art. 285º.** - É punido o funcionário que se recusar a inspeção médica ou a seguir tratamento adequado, com a pena de suspensão, no primeiro caso, e com o cancelamento da licença, no segundo.

Parágrafo Único - A suspensão ou o cancelamento cessam desde que seja efetuada a inspeção, ou iniciado o tratamento.

**Art. 286º.** - São competentes para aplicação das penalidades disciplinares:

I - O chefe do Poder Executivo, em qualquer caso e, privativamente, nos casos de demissão ou cassação de aposentadoria e disponibilidade;

II - Os secretários Municipais e Chefes de Unidades Administrativas em geral no caso das penalidades de advertência, repreensão, suspensão até trinta dias e multa correspondente.

Parágrafo Primeiro - a mesma autoridade que aplicar a penalidade, ou autoridade superior, poderá torná-la sem efeito.

parágrafo Segundo - a aplicação da pena de destituição de função caberá ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Terceiro - No caso do item II, sempre que a imposição de pena depender da instauração de processo administrativo, a competência para decidir é do Secretário Municipal respectivo.

**Art. 287º.** - O funcionário que deixar de atender sem causa justificada, a qualquer exigência, para cujo cumprimento seja marcado prazo certo, terá suspenso o pagamento de seu vencimento ou remuneração, até que satisfaça essa exigência.

**Art. 288º.** - Além da pena judicial que couber, serão considerados como de suspensão os dias em que o funcionário deixar de atender à convocação do júri e outros serviços obrigatórios por lei, sem motivo justificado.

**Art. 289º.** - Deverão constar do assentamento individual todas as penas impostas ao funcionário, inclusive as decorrentes da falta de comparecimento às seções do júri para que for sorteado.

**Art. 290º.** - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade se ficar provado que o inativo:

I - praticou falta grave no exercício do cargo ou função;

II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III- perdeu a nacionalidade brasileira.

Parágrafo Único - Será igualmente cassada a disponibilidade ao funcionário que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

**Art. 291º.** - Prescreverá:

I - em dois anos, a falta sujeita às penas de repressão ou suspensão;

II - em quatro anos, a falta sujeita:

a) a pena de demissão ou destituição de função;

b) a cassação da aposentadoria ou disponibilidade.

## **TÍTULO IX**

### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUA REVISÃO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE**

**Art. 292º.** - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço municipal ou de faltas funcionais, é obrigada sob pena de se tornar co-responsável, a promover, de imediato, sua apuração.

Parágrafo Único - A apuração poderá ser efetuada:

I - de modo sumário, se o caso configurado for possível de aplicação de penalidades previstas dos incisos I a IV, do art. 291, quando a falta for confessada, documentalmente provada ou manifestamente evidente;

II - mediante sindicância, como condição de imposição de pena, nos casos possivelmente enquadráveis nos dispositivos referidos no inciso anterior, desde que não ocorra qualquer das hipóteses ali formuladas;

III- através de sindicância, como condição preliminar à instauração do processo administrativo, em caráter obrigatório, nos casos cujo enquadramento ocorra nos incisos V a VII, também do art. 291º.;

IV- por meio de processo administrativo, sem preliminar, quando a falta enquadrável em um dos dispositivos aludidos no inciso anterior, for confessada, documentalmente provada ou manifestamente evidente.

## **CAPÍTULO II DA SINDICÂNCIA**

**Art. 293º.** - A sindicância será instaurada por ordem do Chefe da repartição a que subordinado o funcionário, podendo constituir-se em peça ou fase do processo administrativo respectivo.

**Art. 294º.** - Promoverá a sindicância uma comissão designada pela autoridade que a houver determinado e composta de três funcionários efetivos de alta hierarquia funcional.

Parágrafo Primeiro - Ao designar a comissão, a autoridade indicará, dentre seus membros, o respectivo presidente.

Parágrafo Segundo - O presidente da comissão designará o membro que deve secretariá-la.

**Art. 295º.** - A comissão, sempre que necessária, dedicará todo o tempo aos trabalhos da sindicância, ficando seus membros, em tal caso, dispensados do serviço na repartição, durante o curso das diligências e a elaboração do relatório.

**Art. 296º.** - A sindicância administrativa deverá ser iniciada dentro do prazo de três dias, contados da designação dos membros da comissão e concluída no de quinze dias, improrrogáveis, a contar da data de seu início.

**Art. 297º.** - A comissão deverá ouvir as pessoas que tenha conhecido ou que possam prestar esclarecimentos a respeito do fato, bem como proceder a todas as diligências que julgar convenientes à sua elucidação.

**Art. 298º.** - Ultimada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório que configure o fato, indicado que segue:

I - se é irregular ou não;

II - caso esteja, quais os dispositivos violados e se há presunção de autoria.

Parágrafo Único - O relatório não deverá propor qualquer medida, excetuada a abertura de processo administrativo, limitando-se a responder os quesitos do artigo anterior.

**Art. 299º.** - Decorrido o prazo do art. 310º., sem que seja apresentado relatório, a autoridade competente deverá promover a responsabilidade dos membros da comissão.

### **CAPÍTULO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 300º.** - São competentes para determinar a instauração do processo administrativo os Secretários de Estado e os diretores autônomos.

Parágrafo Único - o processo procederá a aplicação das penas de suspensão, por mais de trinta dias, destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

**Art. 301º.** - Promoverá o processo uma comissão designada pela autoridade que houver determinado a sua instauração e composta de três funcionários efetivos de alta hierarquia funcional.

Parágrafo Primeiro - do ato de designação constará a indicação do membro da comissão que deverá presidí-la.

Parágrafo Segundo - a comissão será secretariada por um funcionário efetivo.

Parágrafo Terceiro - a comissão, sempre que necessária, dedicará todo do expediente aos trabalhos do inquérito.

**Art. 302º.** - O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo de três dias, contados da designação dos membros da comissão e deverá estar concluído no prazo de noventa dias, a contar do dia imediato da publicação, no órgão oficial, do ato de designação da comissão, prorrogável sucessivamente, por períodos de trinta dias; nos casos de força maior, a juízo do Secretário ou diretor autônomo, até o máximo de cento e cinquenta dias.

Parágrafo Único - A não observância desses prazos não acarretará nulidade do processo, importando, porém, em responsabilidade administrativa dos membros da comissão.

**Art. 303º.** - A comissão procederá a todas diligências necessárias, recorrendo, inclusive, a técnicos e peritos.

Parágrafo Único - Os órgãos municipais atenderão com a máxima presteza às solicitações da comissão, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento em caso de força maior.

**Art. 304º.** - O funcionário que for indicado no curso do processo poderá, nos cinco dias posteriores à sua indicação requerer nova inquirição das testemunhas, cujos depoimentos o comprometam.

**Art. 305º.** - Ao lavrar o termo de ulitimação da instrução, a comissão, caso reconheça a existência do ilícito administrativo, indicará os nomes do indiciados, e as disposições legais que entender transgredidas.

**Art. 306º.** - Após a lavratura do termo da instrução, será feita no prazo de três dias, a citação do indiciado ou indiciados, para apresentação de defesa, no prazo de dez dias, facultada vista do processo ao indiciado durante todo este prazo, na dependência onde funcione a respectiva comissão.

Parágrafo Primeiro - havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de vinte dias.

Parágrafo Segundo - achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado por edital, publicado no órgão oficial durante quinze dias.

Parágrafo Terceiro - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências julgadas imprescindíveis.

**Art. 307º.** - No caso de revelia, será designado ex-offício, pelo presidente da comissão, um funcionário efetivo para se incumbir da defesa do acusado.

**Art. 308º** - Ultimada a defesa, a comissão remeterá o processo, através das instâncias competentes, ao Secretário de Estado ou ao diretor autônomo, acompanhado de relatório, onde se concluirá pela inocência ou responsabilidade do acusado.

Parágrafo Primeiro - A comissão indicará as disposições legais que entender transgredidas e a pena que julgar cabível, a fim de facilitar o julgamento do processo, sem que a autoridade julgadora fique obrigada ou vinculada a tais sugestões.

Parágrafo Segundo - Deverá, também a comissão, em seu relatório, sugerir quaisquer outras providências que lhe pareçam de interesse do serviço público.

**Art. 309º.** - Apresentado o relatório, a comissão ficará à disposição da autoridade que houver mandado instaurar o inquérito, para prestação de qualquer esclarecimento julgado necessário, dissolvendo-se dez dias após a data em que for proferido o julgamento.

**Art. 310º.** - Recebido o processo, o Secretário Municipal de Administração, proferirá o seu julgamento no prazo de vinte dias desde que a pena aplicável se enquadre entre aquelas de sua competência.

Parágrafo Único - Verificada que a imposição de pena incumba ao Chefe do Poder Executivo, ser-lhe-á submetido no prazo de oito dias, o processo, para que o julgue nos vinte dias seguintes ao seu recebimento.

**Art. 311º.** - A autoridade encarregada de julgar o processo, se considerar que os fatos não foram apurados devidamente, designará nova comissão de inquérito.

**Art. 312º.** - Durante o curso do processo será permitida a intervenção do indiciado ou de seu defensor.

Parágrafo Único - Se essa intervenção for requerida após o relatório, o seu deferimento se fará a juízo do Secretário Municipal de Administração, quando forem apresentados elementos ou provas capazes de alterar o pronunciamento da comissão.

**Art. 313º.** - Se o processo não for julgado no prazo indicado o indiciado reassumirá, automaticamente, o exercício de seu cargo ou função, e aguardará em exercício o julgamento, salvo o caso de prisão administrativa que ainda perdure.

**Art. 314º.** - Se o servidor houver sido afastado do exercício por alcance ou malversação de dinheiros públicos, esse afastamento se prolongará até a decisão final do processo administrativo.

**Art. 315º.** - O funcionário só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão do processo administrativo a que responder, do qual não resultar pena de demissão.

**Art. 316º.** - Configurado o abandono de cargo ou função, a comissão de inquérito iniciará os seus trabalhos fazendo publicar, no órgão oficial, editais de chamada do acusado, durante dez dias.

Parágrafo Único - Findo o prazo fixado neste artigo e não tendo sido feita a prova da existência de força maior ou de coação ilegal, o chefe da repartição proporá a expedição do decreto de demissão.

**Art. 317º.** - As decisões proferidas em processos administrativos serão publicadas no órgão oficial, no prazo máximo de oito dias.

**Art. 318º.** - Se ao funcionário se imputar crime, praticado na esfera administrativa, a autoridade que determinar a instauração do processo administrativo providenciará para que se instaure, simultaneamente, o inquérito policial.

Parágrafo Único - Idêntico procedimento compete à autoridade policial, quando se tratar de crime praticado fora da esfera administrativa.

**Art. 319º.** - As autoridades administrativas e policiais se auxiliarão para que ambos os inquéritos se concluam dentro dos prazos fixados no Presente Capítulo.

**Art. 320º.** - Quando o ato atribuído ao funcionário for considerado criminoso, será o processo remetido à autoridade competente, ficando o traslado na repartição.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 321º.** - A qualquer tempo, pode ser requerida a revisão do processo administrativo de que haja resultado pena disciplinar, quando forem fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do funcionário punido.

Parágrafo Único - Tratando-se de funcionário falecido, desaparecido ou incapacitado de requerer, a revisão poderá ser solicitada por qualquer pessoa.

**Art. 322º.** - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

**Art. 323º.** - A revisão processar-se-á em apenso ao processo originário.

**Art. 324º.** - O requerimento devidamente instruído será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, que decidirá sobre o pedido.

Parágrafo Único - Deferida a revisão, o chefe do Poder Executivo despachará o requerimento à Secretaria ou dependência administrativa onde se originou o processo, para a designação de comissão composta de três funcionários estáveis, de categoria igual ou superior à do acusado, indicando quem deva servir de presidente, para processar a revisão.

**Art. 325º.** - É impedido de funcionar na revisão quem compôs a comissão do processo administrativo.

Parágrafo Primeiro - Se o acusado pretender apresentar prova testemunhal deverá arrolar os nomes no requerimento de revisão.

Parágrafo Segundo - Na inicial, o requerente, pedirá dia e hora para inquirição das testemunhas que arrolar.

Parágrafo Terceiro - Será considerada informante a testemunha que, residindo fora da sede onde funciona a comissão, prestar depoimento por escrito.

**Art. 326º.** - Concluído o encargo da comissão, em prazo não excedente de sessenta dias, será o processo, com o respectivo relatório, encaminhando, para julgamento, ao chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O prazo para julgamento será de trinta dias, podendo, antes, a autoridade determinar diligências, concluídas as quais se renovará o prazo.

**Art. 327º.** - Julgada procedente a revisão, será de imediato tornada sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

## **TÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 328º.** - O Sindicato dos Servidores Públicos de Foz do Jordão, entidade de Direito Privado, com sede na Cidade de Foz do Jordão, Estado do Paraná, é reconhecida como órgão oficial de representação da classe.

**Art. 329º.** - O dia 28 de outubro será consagrado ao Servidor Público do Estado do Paraná, e que comemorará também neste dia, o Servidor Público Municipal de Foz do Jordão.

Parágrafo Único - O “Dia do Servidor Público” deverá ser assinalado com solenidades que propiciem a confraternização do funcionalismo, realizadas sob o patrocínio da entidade da classe.

**Art. 330º.** - É vedado ao funcionário trabalhar sob ordens do cônjuge ou parente até o 2º. grau, salvo em função de estrita confiança e até o número de dois, ou quando não houver na localidade outra unidade administrativa onde ele possa ter exercício.

**Art. 331º.** - O chefe do Poder Executivo, em regulamentação própria, mediante decreto, poderá estabelecer sistema de rodízio para o exercício de funções de Chefia de setores distritais ou regionais, a fim de que tais exercícios, na mesma função, não ultrapasse o prazo de 03(três) anos.

**Art. 332º.** - O serviço público poderá também ser prestado por pessoal admitido para o exercício temporário e determinadas funções, notadamente de caráter braçal, ou técnico científico, técnicas e especializadas, para cuja execução não haja funcionário habilitado em número suficiente.

Parágrafo Primeiro - O pessoal de que trata este artigo é regido pela legislação trabalhista, com as mesmas restrições legais aplicáveis ao pessoal federal da mesma categoria.

Parágrafo Segundo - A admissão desse pessoal ficará subordinada à absoluta necessidade do serviço, à dotação orçamentária específica, ao pronunciamento das autoridades indicadas em legislação própria e à habilitação prévia realizada por órgão competente do Município.

Parágrafo Terceiro - É vedado atribuir ao contratado funções diversas daquelas para as quais foi admitido.

**Art. 333º.** - A situação de pessoal contratado não confere direito, nem expectativa de direito de efetivação no serviço municipal.

**Art. 334º.** - Nenhuma taxa ou imposto municipal gravará os atos ou títulos referentes ao funcionário.

**Art. 335º.** - Por motivo de convicção filosófica, religiosa, ou política, nenhum servidor poderá ser privado de qualquer de seus direitos, nem sofrer alteração em sua vida funcional, salvo se invocar para eximir-se de obrigação legal.

**Art. 336º.** - Mediante seleção e concurso adequado poderão ser admitidos funcionários de capacidade física reduzida, para cargos especificados em lei e regulamentos.

**Art. 337º.** - O Poder Executivo expedirá os atos complementares necessários à plena execução das disposições da presente Lei.

Parágrafo Único - Até que sejam expedidos os atos de que trata este artigo, continuará em vigor a regulamentação existente do município-mãe, excluídas as disposições que conflitem com as da presente lei, modifiquem-nas ou, de qualquer forma, impeçam o seu integral cumprimento.

**Art. 338º.** - Considera-se pertencentes à família do funcionário, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que comprovadamente vivam a suas expensas e constem de seu assentamento individual.

**Art. 339º.** - O pagamento do salário-família, na forma prevista pelo art. 196º, e seu parágrafo único, é extensivo ao cônjuge e demais dependentes do servidor falecido anteriormente à vigência desta Lei, não se computando parcelas atrasadas.

**Art. 340º.** - Os prazos previstos nesta lei e na sua regulamentação serão contados por dias corridos.

Parágrafo Único - Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se o vencimento que incidir em domingo ou feriado, para o primeiro dia útil seguinte.

**Art. 341º.** - Os órgãos de pessoal fornecerão ao funcionário uma caderneta da qual constem os elementos da sua identificação e onde somente se registrarão os atos e fatos de sua funcional.

Parágrafo Único - A caderneta valerá como prova de identidade, para os efeitos, inclusive para o recebimento do vencimento, em caso de transferência ou remoção, e será gratuita.

**Art. 342º.** - Os funcionários públicos, no exercício de suas atribuições, não estão sujeitos à ação penal por ofensa irrogada em informações, pareceres ou quaisquer outros escritos de natureza administrativa, que, para este fim, são equiparadas às alegações produzidas em juízo.

Parágrafo Único - Ao chefe imediato do funcionário cabe mandar riscar a requerimento do interessado, as palavras julgadas ofensivas.

**Art. 343º.** - O regime deste Estatuto é aplicável no que couber, aos servidores da Câmara Municipal.

**Art. 344º.** - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, mediante concurso de provas ou de provas e títulos, a readaptação dos servidores públicos oriundos do Município-mãe.

**Art. 345º.** - Os servidores do Magistério serão regidos por Lei própria, tendo sempre o Estatuto como Lei Maior nos casos de incompatibilidade entre as Leis.

**Art. 346º.** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 1997, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão em 25 de janeiro de 1997.

**OLÍVIO ALBINO AMANCIO**  
Prefeito Municipal